



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS ARACAJU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

CAIO MARCELO DE ALBUQUERQUE CARDOSO

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS
TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO

Aracaju

26.07.2019

CAIO MARCELO DE ALBUQUERQUE CARDOSO

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS
TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Aracaju do Instituto Federal de Sergipe, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. José Osman dos Santos

Aracaju

26.07.2019

Cardoso, Caio Marcelo de Albuquerque.

C268p Proposta de criação de instrumento de avaliação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio / Caio Marcelo de Albuquerque Cardoso. - Aracaju, 2019.

94 f.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. Programa de pós-graduação em educação profissional e tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. José Osman dos Santos.

1. Projeto político pedagógico 2. Qualidade 3. Avaliação I. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS II. Santos, José Osman dos III. Título.

CDU 377

Ficha Catalográfica elaborada pela biblioteca da Pós-graduação do IFS



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



PROFEPT
PROFESSORATO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Sergipe

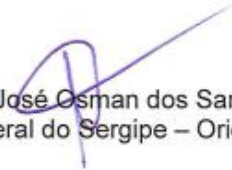
CAIO MARCELO DE ALBUQUERQUE CARDOSO

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS
TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO

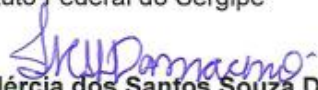
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal do Sergipe – Campus Aracaju, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 17 de Julho de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA


Prof. Dr. José Osman dos Santos
Instituto Federal do Sergipe – Orientador


Prof. Dr. José Franco de Azevedo
Instituto Federal do Sergipe


Prof.ª Dr.ª Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno
Universidade Federal de Sergipe



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



PROFEPT
NÚCLEO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Sergipe

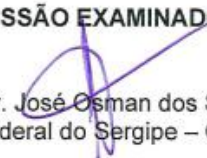
CAIO MARCELO DE ALBUQUERQUE CARDOSO

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS
TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO

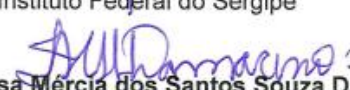
Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal do Sergipe – Campus Aracaju, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado e validado em 17 de Julho de 2019

COMISSÃO EXAMINADORA


Prof. Dr. José Osman dos Santos
Instituto Federal do Sergipe – Orientador


Prof. Dr. José Franco de Azevedo
Instituto Federal do Sergipe


Prof.ª Drª Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno
Universidade Federal de Sergipe

Dedico esta dissertação à minha amada esposa pelo apoio incondicional,

À minha querida filha que desde o nascimento, foi o meu maior incentivo

Dedico também aos meus queridos pais Geraldo e Tereza.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de mestrado não poderia chegar a bom porto sem o precioso apoio de várias pessoas. Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor José Osman dos Santos, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho. Muito obrigado por me ter corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar. Desejo igualmente agradecer a todos os meus colegas do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos. Agradeço aos demais professores do programa, que foram sempre prestáveis. Por último e não menos importante, quero agradecer às pessoas que se disponibilizaram em participar da aplicação da ferramenta como etapa final do estudo, e ao Instituto Federal de Sergipe, local que tenho orgulho de trabalhar e que ofertou o programa.

RESUMO

A falta de procedimentos de como tratar os indicadores e transformá-los em informação para a comunidade escolar não permitem que o Instituto Federal possa de fato avaliar seus cursos e corrigir o percurso para alcançar os objetivos propostos na Lei nº 11.892 de 2008, tais como: A escola elemento para transformação social, o exercício da autonomia e a relação do projeto político pedagógico (PPP). Com isso a proposta do produto desenvolvido é realizar um processo avaliativo, no qual podemos denominar de auto-avaliação onde o foco está na melhoria contínua da qualidade dos cursos sem necessariamente está atrelada ao formato atual determinada pelo capital. A aplicação da ferramenta de avaliação se mostrou divergente do que foi posto em teoria devido aos seguintes fatores: O que está posto para a comunidade escolar não é o que está posto na Lei nº 11.892 de 2008 (Lei de criação dos Institutos Federais de Ensino); Há muita diferença no processo de formação dos estudantes, na relação entre os diversos atores da comunidade escolar; E percebeu-se que a inexistência de uma avaliação institucional com a participação da comunidade escolar, causa um prejuízo na percepção do que é a escola, para que ela serve e como a comunidade pode fazer para melhorar.

Palavras-Chave: Instituto Federal; PPP; Qualidade; Avaliação

ABSTRACT

The lack of procedures on how to treat the indicators and turn them into information for the school community does not allow the Federal Institute to actually evaluate their courses and correct the course to achieve the objectives proposed in Law No. 11.892 of 2008, such as: The elementary school for social transformation, the exercise of autonomy and the relationship of the pedagogical political project (PPP). Thus, the purpose of the developed product is to carry out an evaluation process, which we can call self-assessment where the focus is on the continuous improvement of the quality of the courses without necessarily being linked to the current format determined by the capital. The application of the evaluation tool proved to be divergent from what was put in theory due to the following factors: What is put for the school community is not what is put in Law No. 11.892 of 2008 (Law of the creation of Federal Institutes of Education) ; There is a lot of difference in the process of student formation, in the relationship between the various actors of the school community; And it was realized that the absence of an institutional evaluation with the participation of the school community, causes damage to the perception of what the school is, what it is for and how the community can do to improve.

Keywords: Federal Institute; PPP; Quality; Evaluation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quadro Resumo Metodologia.....	37
Figura 2 – Diagrama de Ishikawa.....	44
Figura 3 – Plano de Ação Acompanhamento Escolar e Abandono e Evasão.....	46
Figura 4 – Plano de Ação Contextualização e Participação Efetiva da Comunidade Escolar.....	47
Figura 5 – Plano de Ação Receptividade.....	48
Figura 6 – Plano de Ação Formação Inicial e Continuada.....	49
Figura 7 – Plano de Ação Conselho de <i>Campus</i> e Participação Efetiva da Comunidade Escolar.....	50
Figura 8 – Fluxograma do Produto.....	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de participantes da pesquisa.....	40
Gráfico 2 – Dimensão.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores.....	42
Tabela 2 – Definição das dimensões.....	55
Tabela 3 – Definição dos indicadores.....	56
Tabela 4 – Conceituação dos indicadores.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL's – Arranjos Produtivos Locais

DCN'S – Diretrizes Curriculares Nacionais

ENC – Exame Nacional de Cursos

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IFS – Instituto Federal de Sergipe

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PDCA – Plan (Planejamento), Do (Fazer), Check (Checar) e Act (Agir)

PDE – Plano de Desenvolvimento Educacional

PPP – Projeto Político Pedagógico

Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica

Sigaa – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Sinaep – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional

Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Unesco – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 OBJETIVOS.....	20
2.1 OBJETIVO GERAL.....	20
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
3.1 ENSINO MÉDIO INTEGRADO.....	21
3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	24
3.3 QUALIDADE NO ENSINO.....	26
4 METODOLOGIA.....	35
4.1 TIPO DE PESQUISA.....	35
4.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	37
4.3 LOCUS DA PESQUISA.....	38
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	39
6 PRODUTO EDUCACIONAL.....	51
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIA.....	63
APÊNDICE A – Produto Educacional.....	67

1 INTRODUÇÃO

As concepções e diretrizes que nortearam a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, reafirmam que a formação humana e cidadã e a qualificação para o exercício do trabalho sejam desenvolvidas de forma integral, tendo o trabalho como princípio pedagógico, sendo uma incubadora de políticas sociais, uma vez que constroem uma rede de saberes, que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia. Assegurando assim, aos profissionais formados a capacidade de manter-se sempre em desenvolvimento, criando uma forte relação com os valores universais do homem. Os Institutos Federais têm como objetivo se tornarem uma “teia” social, tendo o compartilhamento de ideias, visando à formação de uma cultura de participação e a absorção de novos elementos, objetivando assim sua renovação permanente. Para os estudantes, é necessário que percebam não apenas os saberes e o desenvolvimento cognitivo, mas que interpretem numa troca com os demais atores da sociedade, levando ao objetivo de estarem sempre situados no universo e não a parte dele.

Com essas concepções, o projeto progressista do Instituto Federal, entende a educação como compromisso de transformação e de ampliação dos conhecimentos capazes de modificar a vida social e de dar-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana. Assegurando aos sujeitos as condições de interpretar essa sociedade e exercer sua cidadania, mergulhando em sua própria realidade, devendo extrair e problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu *locus* de forma a se tornarem credenciados a ter uma presença a favor do desenvolvimento local e regional. Entretanto, a concretização do projeto dos Institutos Federais tem encontrado dificuldades para tecer seus projetos de ensino conforme os pilares e diretrizes estabelecidos em sua concepção. Conforme aborda Oliveira (2017), dois agentes econômicos estão à frente na articulação entre a educação e os arranjos produtivos locais (APL's), sendo o primeiro agente a iniciativa privada com a execução de seus interesses via a construção de sua ideologia na realidade concreta, tentando responsabilizar os sujeitos por sua condição material, fazendo uso do discurso da qualificação profissional para justificar as decisões dos gestores do capital. O segundo agente é o Estado, que reforça a premissa da qualificação profissional esperado pelo mercado por meio das suas políticas de educação

profissional. As autoras Ferreira, Andrade e Souza (2018) trazem um olhar diferente para a não aplicação do projeto, onde a expansão desenfreada dos Institutos Federais trouxe problemas graves como a não realização de pesquisas dos arranjos produtivos locais por parte dos Institutos Federais para a abertura de cursos que realmente atendessem as demandas locais e regionais.

A organização dos espaços para a oferta de uma EPT, pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, deve garantir um profissional da educação capaz de desenvolver um trabalho reflexivo e criativo e promover transposições didáticas contextualizadas que permitam a construção dessa autonomia dos estudantes. Isso significa a superação de dicotomias entre ciência/tecnologia, entre teoria/prática, a superação da visão compartimentada de saberes e a apropriação com maior profundidade do conhecimento, instalando a pesquisa como princípio pedagógico que na visão de Severino (2018) é o pilar para acompanhar o desenvolvimento histórico do conhecimento que só se realiza com a construção de objetos. Grande parte desse desafio da formação é a desmistificação do cunho ideológico das atribuições históricas da educação profissional brasileira que é de formar mão de obra qualificada e aligeirada para o mercado de trabalho, segundo as autoras Dourado e Oliveira (2018). Apesar desse desafio está inerente aos Institutos Federais, as autoras completam que a criação trouxe algo inovador que é a possibilidade de oferta de cursos em vários níveis de ensino, o que traz uma amplitude na formação intelectual do indivíduo.

Um processo de avaliação dos cursos ofertados pelos Institutos Federais, tendo acompanhamento ao corpo discente, aos egressos, ao corpo técnico (docentes e técnicos administrativos) e também da comunidade na qual estão inseridos é uma forma de acompanhar e compreender se suas finalidades e características descritas e determinadas pelo art. 6º da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 estão sendo cumpridas. Por meio de pesquisa realizada no sítio oficial do Ministério da Educação (www.mec.gov.br), foi possível encontrar uma proposta para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (Sinaep) como documento base elaborado por uma equipe constituída pela portaria nº 40 de 09 de dezembro de 2013, apesar desse documento, não foram encontradas informações sobre a situação atual da tramitação e nem de cronograma para implementação da proposta, no qual se mostra uma falha, onde a

falta de procedimentos de como tratar os indicadores e transformá-los em informação para a comunidade escolar não permitem que o Instituto Federal possa de fato avaliar seus cursos e corrigir o percurso para alcançar os objetivos propostos na Lei de criação.

Uma saída para as avaliações que remetem a competição, para Brito (2008) é uma avaliação como um processo dinâmico, podendo ser usada como referencial para que as instituições disponham de evidências empíricas tanto com suas debilidades, quanto suas potencialidades. Stobart (apud AFONSO 2012) “propõe o que designa de “*accountability* inteligente”. Trata-se de uma forma de prestação de contas e de responsabilização fundamentada em valores, promotora de confiança nos professores e nas escolas. Tem como base, não apenas exames externos, mas procedimentos e instrumentos de avaliação múltiplos, mais sofisticados e diversificados, respeitando assim, um tempo mais longo para propiciar as mudanças e verificar os seus resultados. Silva *et al* (2016) complementam que esse tipo de avaliação deve proporcionar às instituições de ensino a utilização de sua autonomia na definição de projetos políticos pedagógicos.

Uma contrapartida ao processo de “*accountability*” é o que Sordi (2017, p. 92) chama de responsabilização participativa, que subjazem os modelos de Avaliação Institucional Participativa. A responsabilização assenta numa visão de avaliação dialógica, onde se buscam acordos consensuados de modo transparente, negociando os sentidos, tempos, estratégias e metas. Onde os atores do processo educativo se unem em torno do Bem Comum e constroem, juntos, o futuro pelas decisões que tomam no presente.

O documento de Concepções e Diretrizes do Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), produzido pelo Ministério da Educação (MEC) do Governo Brasileiro tem como objetivo colocar em destaque aspectos conceituais, bem como os princípios norteadores dos Institutos Federais e dentro desses princípios está o ensino de qualidade. Um dos componentes dessa educação de qualidade trata os espaços físicos dos ambientes de aprendizagem, como salas de aulas convencionais, laboratórios, biblioteca, salas especializadas com equipamentos tecnológicos adequados, as tecnologias da informação e da comunicação e outros recursos tecnológicos como fatores facilitadores para um trabalho educativo de

qualidade e de acesso de todos.

Para Ramos (2005) no documento produzido para a Unesco intitulado *Avaliação Institucional na Educação Profissional* complementa abordando aspectos que também devem ser levados em conta numa avaliação como: a satisfação do aluno; o envolvimento e comprometimento de todos os atores envolvidos com o ensino; ter uma gestão participativa; uma gestão de processos; é preciso ter valorização das pessoas; ter uma constância de propósitos; melhoria contínua e aprendizado e por último uma gestão pró-ativa. Dorneles (2011) complementa dizendo que a avaliação da qualidade perpassa pela existência de uma articulação entre as políticas públicas, conhecimento das necessidades e expectativas dos atores interessados e envolvidos com a educação profissional.

A construção do instrumento de avaliação para os cursos técnicos integrado no ensino médio objetiva ir na contramão das avaliações dos cursos superiores que priorizam o ranqueamento dos cursos e das universidades dando a entender que a qualidade do ensino é por esse viés. Para as autoras Moraes e Penteado (2017, p. 103) esse formato de avaliação atual vem sendo tomado como instrumento de indução de lógicas de controle e privatização da educação e é nesse contexto que se estabelece a relação entre avaliação, mercado e quase-mercado em educação sendo esse último entendido como a lógica do mercado no público.

Bauer traz considerações importantes acerca da discussão da qualidade da escola:

A discussão da qualidade da escola, e do ensino que nela se realiza, não deveria ser descolada de discussões de fundo, como: que escola se quer oferecer aos alunos que nela se encontram e às gerações futuras? Quais são os aprendizados mínimos desejados? Qual a formação que deve ser oferecida ao professor para que atue nessa escola? Quais as condições estruturais mínimas necessárias para que o processo de ensino e o processo de aprendizagem ocorram dentro de parâmetros adequados? Essas e outras questões remetem à discussão da função da escola na sociedade, imprescindível para se definir o que é, pois, uma escola de qualidade. Discutir metas, sem discutir problemas basilares relativos à escola e ao sistema educacional pode ter efeitos contrários aos objetivos que se quer chegar: o alcance da qualidade do ensino, da escola, da educação. (BAUER, 2017, p. 78)

A falta de uma ferramenta que possa avaliar os cursos com o objetivo de detectar possíveis problemas e distorções e evitar assim um distanciamento das

finalidades, características e objetivos descritos na lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é o que motiva a pesquisa, que se pautará em responder a esse problema com uma proposta de criação de um instrumento de avaliação dos cursos técnicos integrado ao ensino médio como forma de geração de informações para as tomadas de decisão. Sordi resume a proposta do trabalho com a seguinte fala: “Trata-se de construir dispositivos alternativos que evidenciem claramente os compromissos assumidos com um projeto educativo de larga envergadura social.” (SORDI, 2017, p. 92).

O instrumento visa a criação de um hábito dentro dos Institutos Federais que é a melhoria contínua do ensino e a manutenção dos propósitos e objetivos construídos na lei de criação dos mesmos. Servirá para que os atores envolvidos com o ensino (docentes, técnicos administrativos e discentes) tenham conhecimento das forças e fraquezas dos cursos e que possam melhorar e modificar os gargalos encontrados por meio da ferramenta. Com isso podemos ter a possibilidade de instituições fortes ofertando cursos de qualidade não só por causa das notas do ENEM, mas por todos os componentes que constroem o ensino dentro e fora das escolas. Construindo assim uma formação omnilateral onde o sujeito tem o trabalho, a ciência e a cultura como base da sua formação integral e é por esse princípio que o processo de avaliação deve se nortear quando por meio dos resultados construir processos de melhoria tendo como objetivo sempre essa formação para nossos estudantes.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Desenvolver um instrumento de avaliação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio dos Institutos Federais.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I. Definir dimensões e indicadores de acordo com as finalidades e características dos Instituto Federais definidos na Lei nº11.892 de 29.12.2008

II. Construir questionários

III. Desenvolver uma ferramenta de análise dos resultados

IV. Construir planos de ação para corrigir as falhas encontradas

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O ensino técnico integrado ao ensino médio tem, o trabalho como princípio educativo, como um conceito balizador e norteador, onde se tem a essência do ensino propedêutico e técnico integrados, ou seja, um ensino politécnico, que leva a uma formação completa visando o protagonismo dos estudantes dentro da sociedade. É com esse conceito que a comunidade escolar deve trabalhar e avaliar a qualidade dos cursos da EPT, onde a qualidade proposta, seja a qualidade social que observa os diferentes contextos envolvidos nas formações dos estudantes por todo país. Com isso precisamos entender os conceitos trabalhados para o ensino médio integrado e a qualidade no ensino.

3.1 ENSINO MÉDIO INTEGRADO

A escola unitária, à luz de Gramsci, para Nosella e Azevedo (2012) é uma escola que consiga balancear a formação entre o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento das capacidades do trabalho intelectual, formando um cidadão capaz profissionalmente, mas com um senso crítico da sua realidade e entendedor da sua participação na sociedade. Porém para institucionalizar esse tipo de escola é necessário implantar um projeto político que torne a sociedade mais unitária social e culturalmente. Esse parece ser o desafio enfrentado pelos educadores e pensadores que ajudaram a construir a lei de criação dos institutos federais de educação profissional e tecnológica.

Saviani (2007) expõe que trabalho (“ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas”) e educação são atividades especificamente humana, onde a existência humana não é garantida pela natureza, levando o homem a aprender a ser homem e a produzir sua própria natureza. Com isso o autor afirma que a origem da educação coincide com a origem do homem, já que aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Frigotto (2001) completa com uma citação de Lukács (apud FRIGOTTO 2001) que pela ação

consciente do trabalho o homem cria e recria sua existência e a partir dessa constatação, Marx (apud FRIGOTTO 2001) destaca o trabalho quando concebido como valor de uso é o criador e mantenedor da vida humana e se porta como princípio educativo. Constituindo em dever e direito do homem, sendo o dever aprendido e socializado, já que o homem precisa transformar a natureza, pelo trabalho, em bens úteis para suas necessidades e sendo um direito porque é através dele que se pode recriar, reproduzir permanentemente sua existência humana.

Contrapondo a tese do trabalho como princípio educativo, Tumolo (apud FRIGOTTO 2009) afirma que o trabalho sob o sistema do capital, por ser alienante, neste caso seria pura negatividade, e por isso não poderia ser entendido e nem pensado como princípio educativo. O trabalho para o mesmo autor citado por Frigotto (2009) só poderia ser considerado princípio educativo numa sociedade baseada na propriedade social, na não propriedade dos meios de produção, tendo superado as lutas de classes e qualquer forma de exploração social. Frigotto (2009) finaliza esse debate fazendo a leitura de que o trabalho como princípio educativo, não está ligado a método pedagógico, nem à escola, pelo menos diretamente, mas sim a um processo de socialização, sendo fundamental para o processo de superação do sistema do capital e da ideologia das sociedades de classe.

Para Saviani (2007), o surgimento do modo de produção capitalista, determina uma nova relação entre o trabalho e a educação, levando o sistema educacional a dividir-se entre as escolas de formação geral e as escolas profissionais, ditadas pelas necessidades do processo produtivo. Trazendo para o Brasil, Frigotto (2001) mostra que essa nova relação entre trabalho e educação é explicitada dentro da Lei de diretrizes e bases da educação nacional de 1996 (que vigora até hoje), onde a educação profissional subordina-se aos ideários do mercado e do capital, vinculando-se a uma perspectiva de adestramento, acomodação. Resultando em uma conformação do cidadão mínimo, que pensa e reage minimamente, tornando-o um mero “empregável” disponível para o mercado de trabalho. A LDB de 1996 sofreu algumas alterações através da Lei nº 13.475 de 2017 que trata da reforma do ensino médio e o grande impacto está na decisão de cada sistema de ensino, sobre quais itinerários adotarão, causando assim um desalinhamento do sistema de ensino nacional, mas o que permanece igual é a subordinação da educação profissional ao mercado e ao capital.

Na contramão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, as autoras Teodoro e Santos (2011) usam a definição de escola unitária de Gramsci como uma forma de combate as relações da educação com o sistema capitalista, onde a escola, cujo eixo curricular principal, a disciplina formativa constante, é a questão da produção e reprodução da vida humana, que possibilita entender o trabalho e refletir sobre ele, não necessariamente é uma escola para trabalhar. As autoras argumentam à cerca da indicação de politécnica para o ensino médio na LDB, onde há existência de uma desconsideração da educação na condição de um fator de mudanças sociais.

Nos anos 2000, Teodoro e Santos (2011) afirmam que a educação profissional de forma integrada passa a representar, mesmo não sendo pleno, um projeto educacional mais alinhado ao princípio da politécnica, materializando uma concepção pedagógica defendida por muitos pensadores brasileiros. Segundo as autoras Neta, Assis e Lima (2016) afirmam que o currículo é visto como mecanismo promotor da educação humana integral e deve ser considerado um artefato cultural e para isso, de acordo com Paro (2017) que é necessário providenciar uma forma de ensiná-lo que produza sua real apropriação. Propõem que o impasse causado pelo sistema capitalista na educação, separando a educação científica da educação tecnológica, seja superado pela aproximação entre as disciplinas e o exercício de diálogo entre os núcleos estruturantes (conhecimento do ensino médio), articulador (conhecimento do ensino médio e do profissional) e tecnológico (conhecimento da formação técnica específica). Criando assim um currículo que prime pela aproximação com a realidade dos educandos tornando-os sujeitos sociais mais conscientes e protagonistas de sua aprendizagem, tendo como núcleo básico o trabalho, ciência e cultura.

Neta *et al* (2016) trazem os sentidos de integração do ensino médio integrado definidos por Ramos (apud Neta, Assis e Lima 2016) como filosófico considerando como uma concepção de formação humana omnilateral ao integrar unitariamente as dimensões fundamentais da vida; como epistemológico indicando uma noção do conhecimento na perspectiva da totalidade a partir da compreensão dos fenômenos naturais e sociais; e como político expressando uma convicção de que importa oferecer o ensino médio integrado a educação profissional de qualidade a jovens e adultos. Paro (1990, p. 213) complementa, afirmando que é próprio da atividade

educativa o fato de que o processo de educação só se realiza com a participação do educando.

Essa participação é abordada por Severino (2018) na forma de pesquisa, que é necessária para bem conduzir um ensino eficaz e para ter um aprendizado significativo. Por conta dessa condição de historicidade do conhecimento o educador e educando precisam ficar em permanente situação de estudo, mas nunca de forma passiva, sempre mantendo uma forma de proatividade e de protagonismo. Por esse protagonismo, Pacheco (2012) considera o ser humano produtor de sua realidade e, por isso, pode se apropriar e transformá-la.

3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Cury (2007) aborda a gestão democrática como sendo uma abertura ao diálogo e à busca de caminhos mais consequentes com a democratização da escola brasileira, em conformidade com o artigo 205 da nossa Constituição Federal de 1988, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O autor completa afirmando que o papel do gestor é o de assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito de suas atribuições. A LDB de 1996, em seu artigo 14 oficializa a gestão democrática nos sistemas de ensino de acordo com as peculiaridades e conforme os princípios de participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP da escola e da participação da comunidade escolar e local nos conselhos escolares. Nessa perspectiva o diálogo promovido pela gestão democrática é uma forma superior de encontro das pessoas e solução de conflitos.

Para Gadotti (2016) existem duas razões que justificam a implantação da gestão democrática na escola. A primeira e mais importante é que a escola deve formar para a cidadania, com isso a escola precisa dá o exemplo começando com sua gestão que é um passo importante no aprendizado da democracia. A segunda é que a gestão democrática pode melhorar aquilo que a especialidade da escola que é o ensino. Para Oliveira *et al* (2008) a melhoria se dá por causa da participação dos diversos atores da comunidade escolar na gestão, proporcionará um melhor conhecimento do funcionamento da escola, um contato permanente (fora da sala de

aula) entre alunos e professores, o que leva ao conhecimento mútuo e como consequência aproximará as necessidades desses alunos dos conteúdos ensinados pelos professores.

Souza (2009) entende que a gestão democrática é um processo político no qual as pessoas que atuam na escola identificam os problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações que devem está voltadas ao desenvolvimento e melhora da própria escola, sempre na busca da solução daqueles problemas. Tendo como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas que devem ser construídas coletivamente para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Oliveira *et al* (2008) abordam que nesse sentido a função da escola é formar indivíduos críticos, criativos e participativos, com condições de levar essa formação para o mundo do trabalho e de continuar a luta pela democratização da educação para todos. Para que essa formação seja feita é preciso que os agentes que compõem a comunidade escolar conheçam as leis que a regem, as políticas governamentais propostas para a educação, as concepções que norteiam essas políticas e, antes de mais nada, se estiverem engajados na defesa de uma escola democrática.

Para Cury (2007) uma ferramenta muito importante para a gestão democrática dentro da escola é a o regimento interno que deve ser composto por regras que incentivem as formas dialógicas como modo de superação de tensões e conflitos, esgotando-se todos os recursos pedagógicos antes de se aplicarem eventuais sanções disciplinares. Esse processo de criação deve gerar propostas de bom desenvolvimento interno da escola e a sua articulação com a comunidade escolar e familiares. A elaboração de um regimento interno é um processo que cria um sentimento de autonomia da escola, onde Gadotti (2016) afirma que sua presença precisa ser sentida no conselho de escola, mas também em diversas tomadas de decisões, como escolha do livro didático, no planejamento do ensino, na organização de eventos culturais, atividades cívicas, esportivas e recreativas.

Paro (1990) traz a questão da racionalidade interna que deve ser o ponto chave para que a administração escolar consiga realizar a transformação social. A

gestão precisa saber buscar na natureza própria da escola e dos objetivos que ela persegue os princípios, métodos e técnicas adequados ao incremento de sua racionalidade. Gadotti (2016) aborda que um projeto político pedagógico (PPP) não nega a história da escola que é formada pelo conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto de seus atores, tanto internos quanto externos, e o modo de vida. O PPP sempre confronta o que está imposto com o que está sendo imposto dentro da escola. O autor complementa afirmando que não se constrói um PPP sem uma direção política, um rumo. Assim como a participação da comunidade escolar dentro do processo de construção do PPP é de extrema importância que na LDB de 1996, ela é tratada como um dos princípios para as definições de uma gestão democrática.

A gestão democrática é um processo que envolve toda a comunidade escolar no desenvolvimento do espaço pedagógico, na construção do PPP, do programa pedagógico do curso, do currículo e para conhecer os erros e acertos desse tipo de gestão é necessário que se tenha em mãos uma ferramenta de avaliação que dialogue com a comunidade e que proponha soluções pensadas e construídas pela mesma com o aval do gestor máximo da escola, criando assim um processo de formal de avaliação como princípio da gestão democrática.

3.3 QUALIDADE NO ENSINO

Paro (1998) e Pacheco (2018), apesar de duas décadas separando seus trabalhos, concordam que os objetivos da educação profissional e tecnológica são de emancipar culturalmente o sujeito histórico, construir a cidadania desses atores e construir uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada. E como medir a qualidade desse ensino emancipatório que para Paro (1998) tem relação com escolas com infraestrutura adequada a atender aos objetivos da educação e também uma filosofia de educação comprometida explicitamente com a formação do homem histórico. O mesmo autor aborda que essa medição não se dá por meio de exames e testes pontuais como por exemplo o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado em 1998.

Para diversos autores a exemplo de Brennand *et al* (2014) e Ramos e Silva (2018) o Brasil adota a definição de qualidade da educação pelos resultados obtidos

no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e pelo Enem, o que pode acarretar em decisões equivocadas por parte dos Governos na definição de políticas públicas e também em reformulações de currículos. Brennand *et al* (2014) expõe que o Ideb não é calculado individualmente para cada escola do ensino médio, deixando aí uma lacuna de avaliação, pois é feito por amostragem de alunos e o Enem é a única ferramenta de avaliação que atende a todo país sem recorte. Esses testes standardizados que têm sido utilizados com o objetivo de avaliar, tão somente, o desempenho dos estudantes não avaliam o ensino técnico integrado ao ensino médio como um todo, envolvendo infraestrutura, gestão e demais temas que englobam o ensino. Então pode-se concluir que não existe uma ferramenta que possa ser usada especificamente para avaliação desse tipo de ensino no país.

Com isso se faz necessário que os Institutos Federais possam avaliar a qualidade dos seus cursos técnicos na modalidade integrada ao ensino médio, por meio de um processo que levanta e fornece informações, complementada por um plano de ação comprometido com a melhoria, afirma Genesini (1998, p. 4) que finaliza afirmando que esse processo de avaliação deve fazer parte da cultura das Instituições Educacionais. Para Vieira (2016) existe um consenso, em torno da definição de qualidade, de que esta deve satisfazer as necessidades e superar as expectativas se tornando indispensável para o sucesso das instituições. Sordi (2017, p. 86) a define como qualidade social, onde a educação pública precisa tê-la. Ela deve orientar-se pela construção de um mundo melhor, mais educado, mais evoluído culturalmente e socialmente mais justo.

Para Sousa (2003) fica demonstrado de forma explícita, a visão individualizada do processo educacional, cabendo apenas ao aluno a responsabilidade pelas eventuais competências ou incompetências evidenciadas pelo ENEM. Essa avaliação remete a uma disputa desenfreada entre as instituições de ensino, sendo uma corrida pelas primeiras posições, ou seja, uma disputa para quem tem mais “qualidade” no ensino. Entretanto esse tipo de avaliação não remete de fato a uma análise crítica da educação e nem constrói soluções para o alcance dos objetivos da EPT. Sousa e Oliveira (2003) apontam que esse tipo de avaliação legitima esse processo de competição entre as instituições para melhorarem suas pontuações nos *rankings*. Assim, para Afonso (2012), o uso desse tipo de avaliação, significa, em última instância, que os resultados dos testes standardizados

constituem o fator decisivo para a tomada de decisões cruciais para a vida dos sujeitos e das instituições de ensino. Silva *et al* (2016) complementam, afirmando que esse tipo de avaliação, que culpabiliza os professores e os próprios alunos pelo fracasso, apenas serve para ocultar as responsabilidades do Poder Público com o processo de ensino-aprendizagem. Arroyo (2017, p. 14) conclui que quando as dimensões da qualidade formadora do trabalho se precarizam, a educação escolar se precariza, ou seja, quando se usam de ferramentas que não avaliam da forma que deveria ser avaliada a educação, acabamos por obter resultados desastrosos.

As possíveis implicações desse tipo de avaliação com as características citadas por Sousa (2003) (ênfase nos produtos ou resultados; atribuição de mérito tomando-se individualmente instituições ou estudantes; dados de desempenho escalonados, resultando em classificação; uso de dados predominantemente quantitativos; destaque à avaliação externa, não articulada à auto-avaliação) para os currículos e a gestão são: a conformidade aos testes de rendimento aplicados aos alunos, onde o conhecimento é entendido como o conjunto de informações a serem assimiladas pelos estudantes e possíveis de testagem. E a perspectiva da gestão de fortalecimento dos mecanismos discriminatórios, fortalecendo assim a imagem de que a escola é um mero transmissor de conhecimentos e informações, segundo Paro (2017).

Com isso, diversos setores sociais vêm criticando fortemente esse tipo de avaliação, de acordo com Ravitch (apud AFONSO, 2012), paradoxalmente a “verdadeira vítima desta obstinação é a qualidade de ensino”. Afonso (2012) é categórico ao afirmar que esse tipo de avaliação voltado apenas aos resultados, é um apelo de alguns setores da sociedade interessados no reforço, cada vez mais precoce, da seletividade classista, que já vigorou noutros tempos dentro da escola pública. Arroyo (2017, p. 12) completa a análise de Afonso afirmando que essas exigências de avaliar a qualidade por esses mecanismos impostos, são exigências da globalização por um aumento da produtividade do trabalhador, de sua segregação diante da diminuição dos postos de trabalho.

Silva *et al* (2016) são categóricos quanto as consequências astrosas desses tipos de avaliação, tais como: estreitamento do currículo escolar, abordando conteúdos que serão vistos apenas nas avaliações; indução da competição por

melhores resultados individuais, tirando assim a possibilidade de um processo de cooperação; pressão para que os profissionais da educação apresentem bons resultados, atrelada a bonificações financeiras, levando-os a afastar das classes os estudantes com dificuldades de aprendizagem, ou até mesmo a alterar as notas; a pressão por resultados incentiva as escolas a selecionarem ou até segregarem os estudantes em turmas separadas. Arroyo (2017, p. 13) completa a análise acima sobre as consequências, afirmando que milhões de jovens acabam se tornando vítimas desses processos e são submetidos a essas avaliações apenas com a intenção de obterem um atestado para sair do “exército de reserva”, sair desse desemprego estrutural. Já Sá (2009) afirma que reconhecer a natureza política da avaliação constitui um primeiro requisito para barrar o ímpeto tecnocrático e gerencialista do Estado avaliador. Continua, quando diz que a associação da avaliação institucional às diversas agendas (mercado, relatório ou melhoria) não depende só, ou não depende apenas, do promotor ou do autor da avaliação e sim do contexto macroestrutural em que a avaliação se desenvolve e dos usos ou abusos de que possa ser objeto.

“A construção de referências de qualidade para os sistemas de ensino é um grande desafio para a educação brasileira, principalmente pela heterogeneidade das escolas e suas respectivas demandas.” (MIRANDA *et al*, 2017, p. 172) Apesar desse grande desafio, a noção de qualidade que as escolas de ensino médio trabalham atualmente é uma noção desconexa da subjetividade em torno do significado de qualidade, considerando notas do ENEM como balizador. Para Barreyro (2008) afirma-se que a racionalidade é muito mais mercadológica e reguladora do que acadêmica e pedagógica. Existe um outro fator que leva a esse entendimento errôneo do adjetivo qualidade que é a divulgação dos resultados do Exame Nacional de Cursos (ENC) desvinculados de outros processos avaliativos, constituindo assim uma limitação, considerando apenas os resultados dos exames dos alunos. Esse entendimento, para Silva, Lopes e Castro (2016) se dá porque, no campo educacional, tem-se a ideia de que as instituições de ensino devem justificar o financiamento público por meio de seus rendimentos. Causando como consequência a associação da avaliação com produtividade, gestão racional, dando uma perspectiva mais economicista. Mas Sá (2009) aborda que o discurso da qualidade pode ser, mas não tem de ser, excludente. A Qualidade Social é um conceito que vai

na contramão do que é entendido atualmente, podemos abordar aqui dois pontos cruciais para esse entendimento:

A ênfase nessa pluralidade de dimensões sociais da qualidade da educação significa uma mudança ética-política-pedagógica nas análises de políticas de avaliação da qualidade da educação, na medida em que torna explícitos esses significados sociais inerentes à estreita relação entre essa concepção e a globalização econômica, os novos padrões de trabalho, de produtividade, de empregabilidade, de desemprego estrutural de que são vítimas os trabalhadores e de que serão vítimas os educandos/as.

Essa radicalidade política de denunciar as dimensões sociais, segregadoras dará uma força especial à defesa da qualidade social da educação se articulada à qualidade social de defesa do direito à educação que vem da diversidade de coletivos sociais em seus movimentos por direitos sociais, humanos, terra, trabalho, renda, identidades coletivas, valores com que articulam o direito à escola, à educação. Lutas por outro direito à educação em Outro projeto de campo, cidade. Sociedade. (ARROYO, 2017, p. 18)

Vieira (2016) aponta duas razões que impedem uma cristalização do conceito de qualidade, uma, que é um conceito subjetivo sujeito a juízo de valor e a outra é que a qualidade é utilizada em vários contextos e cenários. Já na esfera gerencial, Vieira (2016), analisa em duas dimensões o conceito de qualidade da educação. Uma são as esferas qualitativas formais, relacionadas a produção de metodologias e técnicas. A segunda, é políticas qualitativas da educação que designa estratégias de formação autossuficiência. Para Bauer (2017, p. 69) permanecem dúvidas sobre de que qualidade se está falando dessas políticas, quais são os padrões mínimos garantidos por elas e que aspectos devem ser monitorados no sentido de acompanhar a evolução da garantia de tais padrões. Ferrão (2012) levanta a questão da dificuldade de uma convergência acerca do conceito de qualidade na educação:

A diversidade de interpretações do que seja a qualidade da educação é, talvez, o principal obstáculo à obtenção de convergência de entendimento no que se refere: (1) à explicação de objetivos e metas educacionais; (2) à identificação e descrição das várias dimensões envolvidas na análise e monitoramento da qualidade da educação; (3) à identificação das variáveis envolvidas e sua mensuração; (4)

ao diagnóstico atempado das disparidades geradoras de iniquidade; (5) à concepção de um sistema integrado que vise a melhoria do sistema educativo e, por conseguinte, da qualidade da educação provida à população (FERRÃO, 2012, p. 457)

Para Souza e Oliveira (2003) esse tipo de avaliação, ENC, demonstra duas potencialidades funcionais. Uma é que esse tipo se torna peça central nos mecanismos de controle não importando assim como ocorra o processo de ensino-aprendizagem, apenas que ocorra, avaliando apenas o aluno para certificar a “qualidade” da escola. Outra potencialidade é a legitimação da valoração tão útil à indução de procedimentos competitivos entre as escolas e os sistemas e garantia dessa competição é feita pela associação entre desempenho e financiamento. Com esse tipo de avaliação, provas aplicadas apenas aos estudantes, fica clara a visão individualizada com que é tratado o processo educacional, desconsiderando as condições do sistema de ensino. Diante do cenário retratado pelos autores, os mesmos não deixam de considerar que a avaliação é um processo capaz de direcionar projetos e ações e para isso temos que ter bons gestores públicos para criar um processo de fato mais efetivo.

O MEC tem no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) seu ponto de referência para as avaliações da qualidade de ensino. O Ideb reúne os resultados do fluxo escolar (Censo Escolar) e as médias de desempenho nas avaliações (Sistema de Avaliação do Educação Básica – Saeb). O censo escolar é realizado anualmente e abrange os Institutos Federais o que mostra uma certa importância que é dada ao EPT. Mas o Saeb é um sistema que aplica as avaliações apenas para o último ano do ensino médio e o faz de forma amostral apenas para as áreas de conhecimento em português e matemática, deixando de lado assim as demais matérias importantes também para a formação do estudante. Com isso Vieira (2016) conclui que a qualidade da educação não pode ficar apenas resumida no desempenho escolar, é necessário também que haja avaliação de outras variáveis, como infraestrutura, materiais didáticos utilizados, como também a própria qualidade do professor de forma constante e que abranja a escola como um todo.

Sousa (2003) concorda quando aborda que dentro de uma concepção do papel do Estado na condução das políticas educacionais, a questão central não é a busca por subsídios para intervenções mais concretas e precisas do poder público

no que diz respeito a formatação e implementação de políticas para a educação básica, e sim difundir nos sistemas escolares uma dada concepção de avaliação, que tem como finalidade a instalação de mecanismos que levem à competição entre as escolas, colocando-as como as únicas responsáveis pelo sucesso ou fracasso escolar. Assim os conteúdos que são dados nas escolas passam a serem aqueles que serão “cobrados” nas provas elaboradas pelas instâncias externas às escolas. Completando a fala de Sousa, os autores Silva, Lopes e Castro (2016) entendem que nesse contexto da reforma educacional, a existência de diferentes sistemas de avaliação tem incentivado o trabalho desenvolvido nas escolas, de buscar se ajustar às demandas de mercado. Sordi (2017, p. 90) completa afirmando que as escolas que trabalham pelos índices determinados pelo mercado, acabam tendo propósitos eminentemente performativos, esvaziando assim o significado de qualidade educacional na escola.

Pode-se levar em consideração a fala de Brito (2008) sobre o Sinaes como um referencial para uma avaliação de curso técnico integrado ao ensino médio, onde:

Estabelecido na Lei 1086/04 de 14 de Abril de 2014, fiel a esta concepção, em seu artigo 2º estabelece que, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá ser assegurado o caráter público de todos os processos avaliativos, o respeito à identidade e à diversidade, e a garantia de participação de todos os segmentos envolvidos: corpo docente, discente e técnico-administrativo e também representantes da sociedade civil. (BRITO, 2008, p. 842)

Esse tipo de avaliação tem como objetivos, segundo Brito (2008), identificar as condições de ensino, como organização didático pedagógica, corpo social e instalações físicas. Verificar a articulação entre o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), currículo, vocação institucional e inserção regional. Analisar a aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN’s e a criação de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). Como complemento a fala de Brito, Sousa (2002) explica que, se quer democratizar o ensino é preciso ir por caminhos que levem a construção de um sistema de avaliação pautado na finalidade de subsidiar as instituições educacionais na definição de prioridades e encaminhamentos que possibilitem seus aprimoramentos, com vistas ao desenvolvimento dos alunos. Esses resultados das

avaliações devem ser tratados como indicadores para uma análise do papel e da função desempenhados pelas instâncias governamentais, na construção de uma educação de fato de qualidade para todos.

Como Brito (2008) aborda em seu artigo, em educação as mudanças não são imediatas, com isso as atitudes para tal, podem levar décadas para serem mudadas por isso deve existir uma certa consonância no que é exigido. Complementando a fala, “a *accountability* não é uma problemática política, social e educacional que deva continuar capturada ou confinada, por alguma razão natural ou supostamente intrínseca, a perspectivas ideológicas e práticas governativas neoconservadoras ou neoliberais.” (AFONSO, 2012, p. 481). É preciso ter uma avaliação de curso como política participativa, que segundo Freitas (2005) que tende a gerar envolvimento na “ponta” do sistema e são nesses momentos em que o serviço público é administrado por essas políticas participativas que se tem o possível incremento na qualidade desse serviço público.

Ferrão (2012) faz uma crítica a importância que é dada a competitividade entre as escolas, com esse tipo de avaliação ranqueada, afirmando que pode ser um obstáculo ao trabalho colaborativo, sendo este considerado fator determinante do sucesso educativo. Esse processo de produção e transmissão de conhecimento tem uma forte presença da cooperação e difusão de conhecimento e práticas de aprendizagem coletiva, e é totalmente diferente do processo de retenção desse conhecimento como uma estratégia de reforço de posicionamentos futuros dos profissionais da educação. Sordi (2017, p. 88) retrata que essa obsessão por resultados que buscam espelhar a qualidade que é imposta de fora para dentro, sem contextualizar com os objetivos existentes, tendem a criar sofrimentos nos diferentes atores envolvidos com a educação, tais como: Uma culpabilização sumária dos professores pelo fracasso dos alunos nos processos avaliativos; Pela desqualificação das práticas pedagógicas, imposta por conteúdos generalistas que apenas tem como objetivo o êxito nos exames.

O documento produzido pelo MEC em 2007 intitulado Indagações sobre Currículo – Currículo e Avaliação, aborda que o pensar na avaliação e seus processos no centro das reflexões acerca do currículo escolar tem uma grande importância, justamente pelas implicações que essas mudanças possam causar na

formação dos estudantes. A escola sendo um ambiente de construção da autonomia e da cidadania deve ter avaliação dos processos (aprendizagens, dinâmica escolar ou instituição) sob responsabilidade tanto da coletividade, quanto de cada um, em particular. O processo de avaliação abordado pelo documento do MEC (2007) é uma tarefa orientada para o futuro, ou seja, refere-se sobre as informações obtidas com vistas a planejar esse futuro. Bauer (2017, p. 71) finaliza dizendo que toda avaliação, sendo uma autoavaliação ou uma avaliação institucional, está associada à ideia de medir, julgar e agir. O que muda de uma para outra são os critérios e parâmetros escolhidos, e as ações que são realizadas após o ato avaliativo, que podem ser tanto de avaliação somativa ou formativa.

Paro (1990, p. 205) afirma que se estamos convencidos de que a maneira que a Escola tem de contribuir para a transformação social é o alcance, especificamente, de seus fins educacionais, é necessário a adoção interna da racionalidade necessária à efetiva realização desses fins. Porém essa busca não pode, simplesmente, consistir no mero transplante dos mecanismos administrativos empresariais para o ambiente educativo. O fato do educando ser objeto e sujeito do processo educativo, cria uma dificuldade da administração escolar tomar decisões a respeito de qual o melhor sujeito para participar desse processo que é a atividade fim de uma escola. Paro (1990, p. 216) afirma que é justamente pelo próprio caráter social da escola, que deve atender a todos, que não se consegue realizar a escolha do melhor sujeito para essa atividade fim, como é a escolha de uma matéria prima para o processo de produção de uma fábrica, por exemplo.

A proposta de criação da ferramenta de avaliação vem para dirimir as dificuldades de se estimar a qualidade do ensino por meio da avaliação dos cursos, envolvendo assim toda a comunidade escolar interna (professores, estudantes e técnicos administrativos) sem criar notas ao final do processo, evitando assim um provável ranqueamento dos cursos. Os resultados dessa avaliação são planos de ação para resolver os problemas identificados ao longo do processo. A ferramenta apesar de conter questionário com respostas fechadas é subjetiva, pois, parte da visão de mundo do participante e de sua percepção de escola.

A ferramenta tem como base processos da administração, principalmente da gestão empresarial, mas que foge totalmente da característica gerencialista que é

promovida pelo Governo por meio das avaliações por resultados aplicados à educação brasileira. É importante as escolas terem parâmetros para se basearem e assim construir seus processos de melhoria, sempre tendo em mente que cada escola é um ambiente diferente e com visões de mundo diferentes. Infelizmente o que se vê são as escolas disputando os primeiros lugares nos rankings do Enem e Ideb como se essas posições definissem o que é qualidade e como consequência dessa disputa o ensino e a aprendizagem vão ficando para trás esquecidos como se não fossem mais importantes para a sociedade.

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE PESQUISA

Para Severino (2017) a dimensão epistêmica que é uma forma de conhecer o real, a dimensão pedagógica que por intermédio dessa prática ensina e aprende e a dimensão social que possibilita uma intervenção na sociedade por meio dos seus resultados, compõem a tríplice dimensão da pesquisa que tem como objetivo um processo de construção de conhecimento. Partindo dessa concepção o presente estudo tem como característica a pesquisa exploratória, que para Severino (2017) esse tipo busca levantar informações sobre o processo de avaliação dos cursos técnicos de ensino médio, delimitando assim um campo de trabalho e mapeando as condições de manifestação desse processo de avaliação. Como processo metodológico a pesquisa bibliográfica e a documental são as mais adequadas para o tipo de estudo desenvolvido.

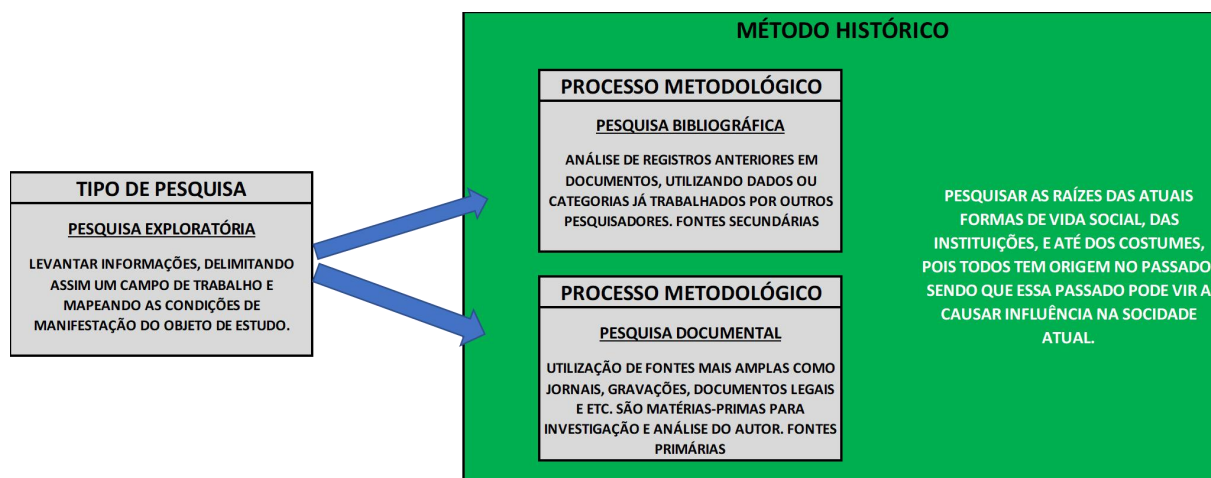
A pesquisa bibliográfica, para Severino (2017), é realizada a partir de registros disponíveis por meio de pesquisas anteriores, em documentos impressos, utilizando dados ou categorias já trabalhadas por outros pesquisadores e, claro, devidamente registrados. Finaliza dizendo que o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. Oliveira (2007) complementa dizendo que é um tipo de estudo direto em fontes científicas, tendo como principal finalidade proporcionar o contato direto com as obras, artigos ou documentos que tratem do tema do estudo. O estudo também se utiliza da pesquisa documental que para Severino (2017) é um tipo de pesquisa que se utiliza de uma fonte mais ampla, como jornais, fotos, textos, filmes, gravações e até documentos

legais. Esses documentos têm conteúdo que ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, ou seja, são matérias-primas das quais o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. Os autores Sá-Silva *et al* (2009) veem muita semelhança entre as pesquisas bibliográfica e documental, o que de fato diferencia uma da outra é a natureza das fontes, sendo da primeira, fontes secundárias que são contribuições de diversos autores sobre o tema e na segunda são fontes primárias que ainda não receberam tratamento analítico.

Severino (2017) traz um conceito atual do que é documento. É todo objeto (livro, filmes, fotografia, CD, escultura, edifício etc.) que se torna suporte material de uma informação, se transformando em fonte durável de informação sobre os fenômenos pesquisados. Já os autores Sá-Silva *et al* (2009) trazem uma linha do tempo do que significaria documento: para pesquisadores da escola positiva do final do século XIX o documento tinha que ser o escrito e de preferência o oficial, pois esse tipo de documento assumia o peso da prova histórica. O conceito foi se tornando globalizado devido ao movimento da Escola de Annales, que considerava todos os vestígios do passado, tudo que servia de testemunho como fonte ou documento.

O uso do método histórico na pesquisa se dá para promover a compreensão sobre avaliação, qualidade e ensino técnico de nível médio. As autoras Marconi e Lakatos (2011) mostram que é importante pesquisar as raízes das atuais formas de vida social, das instituições e até dos costumes, porque todos eles têm origem no passado. Com isso elas completam afirmando que esse método consiste em avaliar esses acontecimentos do passado, pois eles podem vir a causar influência na sociedade de hoje. É preciso compreender a formação do ensino técnico de nível médio no Brasil, compreender como se deu a construção dos processos de avaliação ao longo da história da educação brasileira e entender todo o contexto do significado de qualidade da educação.

Figura 1 – Resumo Metodológico



Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

O uso de questionário é a ferramenta ideal para o produto de avaliação dos cursos técnicos do ensino médio integrado se utilizando de parâmetros, indicadores e dimensões. Para Severino (2017) e Roesch (1999) o questionário é um conjunto de questões, sistematicamente articuladas, tendo como objetivo levantar informações com vistas a conhecer o a opinião dos atores envolvidos com o curso dentro da instituição. A composição desses questionários foi de perguntas fechadas dicotômicas.

O método de análise dos dados foi o estatístico, que para Marconi e Lakatos (2011) permitem obter de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas mesmas verificações têm relações entre si. Para as mesmas autoras, o papel que esse método tem é de fornecer uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado. Roesch (1999) complementa afirmando que o tratamento depende do tipo de dado coletado. O produto usou o diagrama de paretto para desenvolver uma análise mais precisa acerca das informações referentes a diversas dimensões e indicadores que foram respondidos por diversos atores envolvidos com a construção do curso no Campus Lagarto. Para Araújo (2010) o diagrama de paretto é uma ferramenta que classifica as informações coletadas por ordem de importância, sua aplicação é distinguir assuntos pouco vitais e muito

triviais e sua análise é baseada no fenômeno de poucas causas explicam a maioria dos problemas.

4.3 LOCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Sergipe que foi criado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e está vinculado ao Ministério da Educação e possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, com estrutura *multicampi*. Atualmente é constituído de nove *campi* sendo localizados nas cidades de Aracaju, São Cristovão, Lagarto, Itabaiana, Estância, Glória, Propriá, Tobias Barreto e Socorro. Tendo como órgão executivo a reitoria localizada na capital Aracaju.

O *Campus* Lagarto foi o escolhido para realizar a aplicação da ferramenta. Fica situado no povoado Carro Quebrado, a três quilômetros do centro comercial do município de Lagarto, na região centro-sul do Estado de Sergipe. A cidade de Lagarto tem aproximadamente 103 mil pessoas com 98% da população entre 6 e 14 anos nas escolas, de acordo com o IBGE. A cidade abriga uma grande indústria alimentícia o que demanda muitos profissionais capacitados em diversas áreas. O *Campus* oferta cursos de graduação: Licenciatura em Física, Bacharelado em Sistemas de Informação, Bacharelado em Engenharia Elétrica e Arquitetura. Cursos Técnicos e Técnicos integrados ao ensino médio de Edificações, Redes e Eletromecânica.

O curso de eletromecânica integrado ao ensino médio foi o escolhido para aplicação da ferramenta como um projeto piloto dentro do campus, por está presente na região desde 1995 quando foi instalada a unidade de ensino descentralizada da Escola Técnica Federal de Sergipe. Por ter, de acordo com relatório do SIGAA, solicitado a Coordenação de Registro Escolar, sobre quantitativo de matrículas ativas em 2019, 51% dos alunos de ensino técnico integrado ao ensino médio. O curso tem duração de três de anos e atualmente tem em seu quadro 6 professores vinculados à coordenação do curso, mas ao todo são 32 (relatório gerado em 25.07.2019) professores que lecionam para as turmas de eletromecânica integrado, contando com 15 laboratórios de especialidades distintas e com uma equipe técnica administrativa e pedagógica que dá o suporte não só ao curso de eletromecânica,

como a todos os demais cursos ofertados pelo *campus*.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

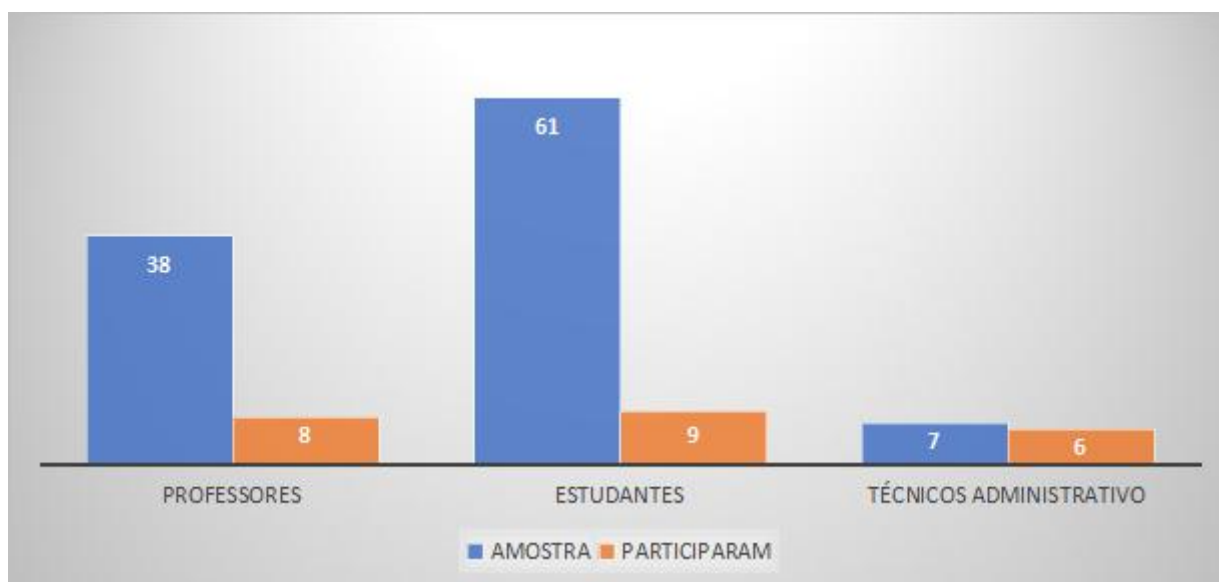
Antes da aplicação, de fato, da ferramenta proposta no estudo, foi preciso chegar num consenso, minimamente satisfatório do que é educação de qualidade. Visto que o conceito é muito subjetivo e existe diversos pontos de vista sobre o tema. A dificuldade se mostrou quando da leitura no Plano de Desenvolvimento do Ensino (PDE) que traz como componentes para uma educação de qualidade, os espaços físicos, equipamentos e recursos tecnológicos como fatores facilitadores para um trabalho de qualidade na educação. Mas o Ministério da Educação adota um conceito diferente, ao definir a qualidade por meio dos resultados obtidos nas avaliações estandardizadas, desconsiderando o que o PDE aborda.

Brennand *et al* (2014) fala do perigo de definir as políticas públicas para a educação por meio do índice de desenvolvimento do ensino básico. Trabalhar uma avaliação apenas nos números é reduzir a importância da comunidade escolar, como um todo, é transformar os membros dessa comunidade em simples pontuações. E uma grande dificuldade foi demonstrar nas apresentações sobre a ferramenta para os alunos, principalmente, que eles são fundamentais para termos uma avaliação correta da escola. A cultura que existe de que escola com qualidade é aquela que aprova no vestibular é muito forte, mas é preciso iniciar um trabalho de mudança, mostrando que existe muitas possibilidades além do vestibular, que a escola pode ser melhor aproveitada se de fato trabalhar a transformação social, fazer com o que aluno se torne sujeito ativo na sociedade.

Um desafio foi conseguir transpor conceitos e ferramentas da administração para uma realidade diferente que é a escola. O cuidado foi não utilizar a ferramenta diretamente e sim adaptar com conceitos que estão no ambiente escolar. Foi criar uma ferramenta que evitasse gerar um resultado numérico e por consequência uma competição entre os cursos dentro da própria escola. Ao decorrer da aplicação, percebeu-se a vontade de participar dos membros que fizeram parte do teste, tendo uma maior discussão nas etapas de brainstorm e criação dos planos de ação, que foram os resultados finais da aplicação.

A aplicação da ferramenta, de avaliação dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, foi feita no curso Técnico em Eletromecânica do *Campus* Lagarto após a aprovação pelo comitê de ética do IFS no final de outubro de 2018.

Gráfico 1 – Número de participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

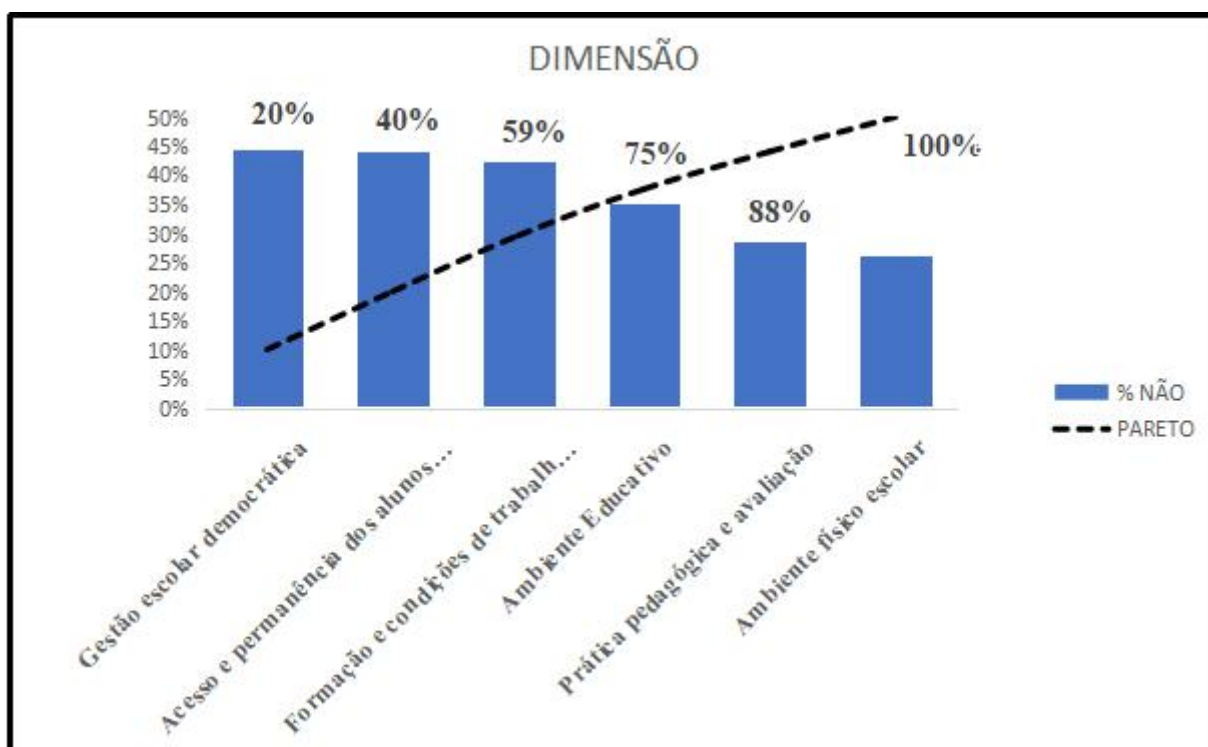
Os dados do gráfico acima, foram coletados por relatórios emitidos pelo Sigaa, tendo o ano de 2018 como filtro, para obter o quantitativo de professores que estavam lecionando para as turmas de eletromecânica integrado, o quantitativo de estudantes matriculados no período, sendo que a turma do 3º ano finalizou antes de iniciar a aplicação da ferramenta. O quantitativo de técnicos administrativos foi contabilizado de forma individual, tendo participado os 4 técnicos de laboratórios que estão designados para o curso, 1 técnico em assuntos educacionais, 1 pedagoga e 1 assistente administrativo. Entre os meses de novembro de 2018 e janeiro de 2019 foi realizado a primeira etapa de aplicação da ferramenta, através do *Google Forms*. Foi encaminhado via email o link com o formulário online para todos que demonstraram interesse em participar da pesquisa, mas o gráfico acima mostra que houve uma baixa participação entre os professores e estudantes.

Esse resultado levanta uma possibilidade para uma falta de interesse em assuntos diferentes dos assuntos estritamente acadêmicos por parte de dois grupos que são importantes para a composição da comunidade escolar. Pode-se interpretar que a falta de uma cultura de avaliações desse porte dentro do ensino médio

integrado, leva a um desinteresse e até desconfiança em participar. Leva tempo para a comunidade escolar absorver esse processo de avaliação no seu dia-a-dia, mas há a necessidade de iniciar e o resultado pode ser interpretado como um início promissor, pois é o ponto inicial de um processo que, para Genesini (1998) deve fazer parte da cultura das instituições educacionais.

Após aplicação do questionário, foi realizada a etapa de análise dos resultados para compor as dimensões e indicadores que seriam trabalhados na 2ª etapa do processo de aplicação da ferramenta. Além dessa análise, foi realizada algumas alterações na ferramenta após conselhos dos participantes, onde foi incluído uma terceira opção de resposta e uma padronização nas palavras dentro do questionário, assim como um glossário no início para esclarecer alguns conceitos. Essa participação dos membros da comunidade escolar, interferindo no processo entra em consonância com o que Freitas (2005) aborda sobre ter uma avaliação desse tipo, como política participativa, pois assim gera um envolvimento da comunidade e é por meio desse envolvimento que há a possibilidade de um incremento na qualidade.

Gráfico 2 – Dimensão



Fonte: Ferramenta de Avaliação dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

O gráfico acima demonstra as dimensões, em ordem decrescente, que tiveram mais respostas negativas. Utilizando do diagrama de pareto, foram selecionadas as quatro primeiras dimensões, por representarem 75% de todos os pontos negativos apontados na pesquisa. Após essa etapa, foram definidos nos mesmos moldes os indicadores dentro dessas dimensões, como demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 1 – Indicadores

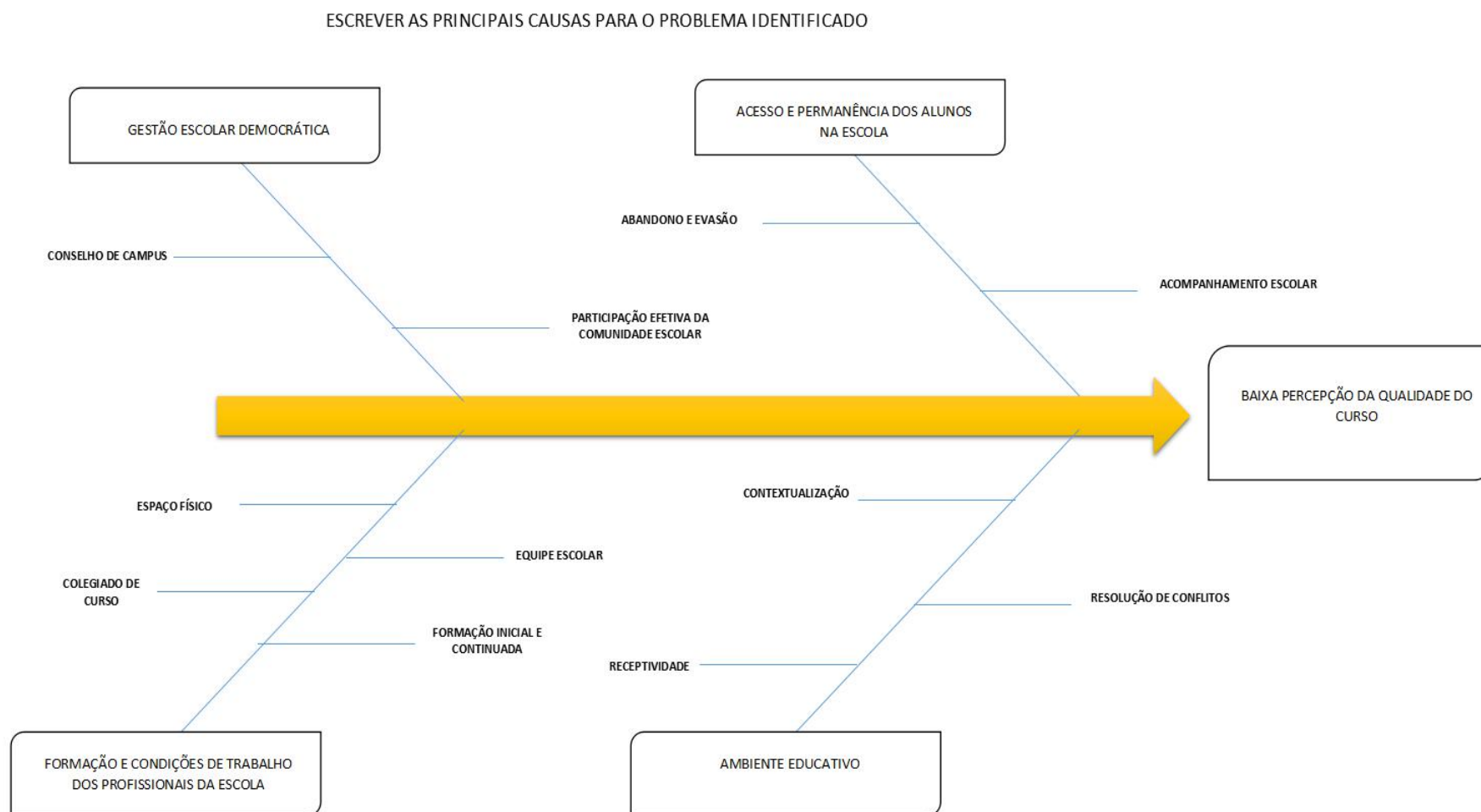
DIMENSÃO	INDICADORES
Gestão Escolar Democrática	Conselho de Campus
	Participação Efetiva da Comunidade Escolar
Acesso e Permanência dos Alunos na Escola	Abandono e Evasão
	Acompanhamento Escolar
Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola	Espaço Físico
	Equipe Escolar
	Colegiado de Curso
	Formação Inicial e Continuada
Ambiente Educativo	Contextualização
	Resolução de Conflitos
	Receptividade

Fonte: Ferramenta de Avaliação dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

Cada indicador definido teve as perguntas, a ele relacionado, definidas através de maior representatividade na resposta “não” para que fossem trabalhadas na etapa de brainstorm. Foi feita uma reunião de apresentação dos dados analisados e foi definido que a aplicação do *brainstorm* fosse feita através do *Google Forms* devido à dificuldade encontrada para realizar reuniões presenciais. Por falta de espaço na carga horária do curso para atividades extracurriculares, o que impede

o desenvolvimento de projetos de extensão, pesquisas e atividades culturais. Após aplicação do *brainstorm*, foram definidos as principais causas a serem trabalhadas pela equipe na construção dos planos de ação, como demonstrado na figura abaixo.

Figura 2 – Diagrama de Ishikawa



Fonte: Ferramenta de Avaliação dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

Em reunião com a equipe designada para trabalhar a segunda etapa do processo de avaliação, alguns indicadores foram definidos para serem trabalhados em conjunto por apresentarem certa dependência um do outro. Algumas causas levantadas pelo processo online, foram retiradas durante a reunião por não terem ações que pudessem resolver os problemas. Durante a construção dos planos, a equipe percebeu que o plano sobre resolução de conflitos e equipe escolar poderia ser facilmente trabalhado dentro do plano de acompanhamento escolar e abandono e evasão. Gerando assim 5 planos de ação que devem ser acompanhados mensalmente, através de reuniões entre a gestão e equipe de avaliação. Segue abaixo os planos de ação construídos pela equipe.

Figura 3 – Plano de Ação Acompanhamento Escolar e Abandono e Evasão

Plano de Ação											
Indicadores				Responsável		Setor		Dimensão			
Acompanhamento escolar / Abandono e Evasão				Luciana		Gerência de Apoio e Inclusão		Acesso e Permanência dos Alunos na Escola			
Equipe						Data de elaboração		Data de atualização			
Osman, Marcos, Luciana, Adriano, Patricia, Sergio, Lucas, Ary, Renan e Mariana						17/04/2019					
Causa	Nº	Ação	Responsável	Local	Previsto		Realizado		Status	Impacto	Observações
					Início	Término	Início	Término			
Baixa integração entre os membros da comunidade escolar	1	Promover diálogos entre a comunidade escolar	Equipe		17/04/19	31/12/19			3	Envolvimento maior das diversas categorias que formam a comunidade escolar	
	1.1	Criar um calendário de eventos	Equipe		17/04/19	02/05/19			3	Melhor planejamento das atividades acadêmicas	
	1.2	Definir temáticas para o calendário	Equipe		17/04/19	02/05/19			3	Cria uma integração com o que está sendo discutido pela sociedade	
	1.3	Definir logística dos eventos	Equipe		17/04/19	02/05/19			3	Evita prejuízos antes, durante e após os eventos	
	1.4	Definir plano de divulgação do calendário	Equipe		17/04/19	02/05/19			3	Evita prejuízos antes, durante e após os eventos	
Não atualização dos dados de acordo com o fluxo pré-determinado	2	Demandar da gestão resolução do SIGAA	Equipe		23/04/19	06/06/19			3	Ampliar e atualizar as funções do Sistema comprado pelo IFS	
	2.1	Criar documento formal para a Direção do Campus demandando discussão do tema no colegiado de dirigentes	Adriano/Walter	DEN/CTI	23/04/19	24/04/19			3	Fazer com que o Colegiado discuta e decida sobre o assunto	
	2.2	Acompanhar discussão da demanda no colegiado de dirigentes	Osman	DIREÇÃO	26/04/19	06/06/19			3		
	3	Criar plano de cobrança dos servidores responsáveis pelo lançamento e acompanhamento dos dados no sistema	Osman/Adriano	DIR/DEN	02/05/19	06/05/19				Cumprimento do fluxo de trabalho	
	3.1	Definir um fluxo de trabalho de cobrança para ser avaliado pela PROEN	Osman/Adriano	DIR/DEN	02/05/19	03/05/19				Melhora no processo de lançamento das informações no sistema	
	3.2	Emitir memorando aos gestores pós aprovação pela PROEN	Osman/Adriano	DIR/DEN	13/05/19	13/05/19				Dá um caráter formal ao processo	
Ineficácia de políticas e estratégias de combate	4	Avaliar políticas e estratégias de combate	Equipe		01/08/19	30/08/19				Redução no numero de evasão/abandono	
	4.1	Estudar a política atual	Equipe		01/08/19	09/08/19				Buscar um maior entendimento da política atual para realizar as mudanças necessárias	
	4.2	Criar comissão de análise da política	Osman	DIR	12/08/19	16/08/19				Formalizar o processo de análise	
	4.3	Analisar e emitir parecer do estudo	Comissão	Campus Lagarto	19/08/19	29/08/19				Construir as alterações necessárias para uma nova política	
	4.4	Apresentar sugestões a DIAE	Comissão	Campus Lagarto	30/08/19	30/08/19				Possível alteração na política de combate a evasão e abandono	

Obs: Para o correto funcionamento do Gerenciador de Planos de Ação, é importante manter a configuração dos planos da forma acima. Poderão ser inseridas quantas linhas de ação quantas forem necessárias. Deve-se atualizar somente as fórmulas contidas nas células M16 a M21. Procure sempre preencher todos os campos acima de forma completa e com português correto.

Legenda:	
0	Não iniciada
1	Concluída
2	Em andamento
3	Atrasada
4	Anulada

Fonte: Ferramenta de Avaliação dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

Plano de Ação

Indicadores				Responsável	Setor	Dimensões					
Contextualização / Participação efetiva da comunidade escolar				Adriano	Direção de Ensino	Ambiente Educativo / Gestão Escolar Democrática					
Equipe					Data de elaboração		Data de atualização				
Osman, Marcos, Luciana, Adriano, Patricia, Sergio, Lucas, Ary, Renan e Mariana					24/04/2019						
Causa	Nº	Ação	Responsável	Local	Previsto		Realizado		Status	Impacto	Observações
					Início	Término	Início	Término			
Inexistência de um currículo integrado	1	Reformular o PPC do curso de Eletromecânica	DEN/EMEC/CCHS	Campus Lagarto	24/04/19	31/12/19			3	Alteração na formação dos estudantes	
	1.1	Atualizar o PPC de acordo com a necessidade do mercado de trabalho	DEN/EMEC/CCHS	Campus Lagarto	24/04/19	31/12/19			3	Trazer para dentro do curso as habilidades que são mais demandadas pelo mercado de trabalho	
	1.2	Revisar o número de disciplinas ofertadas	DEN/EMEC/CCHS	Campus Lagarto	24/04/19	31/12/19			3	Trazer uma maior eficiência ao curso, gerando espaço na carga horária dos estudantes para desenvolverem projetos externos	
	1.3	Revisar as ementas das matérias do curso	DEN/EMEC/CCHS	Campus Lagarto	24/04/19	31/12/19			3	Fazer na prática a integração do curso	
Baixo número de projetos de extensão e FIC	2	Operacionalizar com a COPEX/DEN as atividades de extensão e FIC	COPEX/DEN/GAI	Campus Lagarto	08/05/19	31/12/19			3	Ampliar as oportunidades de conhecimento para os estudantes	
	2.1	Estabelecer parcerias com a comunidade local, escolas e ONG's e Cooperativas	COPEX/DEN/GAI	Campus Lagarto	08/05/19	10/06/19			3	Trazer para dentro da escola parceiros da comunidade para trabalharem junto com os estudantes	
	2.2	Criar cursos FIC's de acordo com demanda	DEN/EMEC/CCHS	Campus Lagarto	08/05/19	30/08/19				Aumentar a oferta de conhecimento para os estudantes	
	2.3	Desenvolver plano de integração dos projetos dos docentes	DEN/EMEC/CCHS	Campus Lagarto	08/05/19	28/06/19			3	Trazer uma maior integração entre teoria e prática dentro da escola	

Legenda:

0	Não iniciada
1	Concluída
2	Em andamento
3	Atrasada
4	Anulada

Fonte: Ferramenta de Avaliação dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

Figura 5 – Plano de Ação Receptividade



Plano de Ação

Indicador		Responsável		Setor		Dimensão		
Receptividade		Luciana		Gerência de Apoio e Inclusão		Ambiente Educativo		
Equipe				Data de elaboração		Data de atualização		
Osman, Marcos, Luciana, Adriano, Patricia, Sergio, Lucas, Ary, Renan e Mariana				24/04/2019				

Causa	Nº	Ação	Responsável	Local	Previsto		Realizado		Status	Impacto	Observações
					Início	Término	Início	Término			
Baixa participação da comunidade escolar nos eventos do Campus	1	Incluir as atividades, que contemplam temas trasnversais constantes no catálogo do MEC, no calendário acadêmico.	DEN/PROEN	CAMPUS/PROEN	02/09/19	31/10/19				Formalização dos eventos no calendário sem causar prejuízos aos estudantes e docentes	
	1.1	Estabelecer um plano de atividades acadêmicas de participação da comunidade escolar.	DEN/EMEC/CCHS	CAMPUS	02/05/19	03/06/19			3	Aumentar de forma eficaz a participação da comunidade escolar nos eventos promovidos pelo Campus	
	1.2	Publicizar as informações sobre os eventos de forma ampla e que contemple toda a comunidade escolar, através das redes sociais, grupos de whatsapp, memorandos e e-mails institucionais.	DEN/ASCOM	CAMPUS	02/05/19	03/06/19			3	Ampliar a participação da comunidade escolar	

Obs: Para o correto funcionamento do Gerenciador de Planos de Ação, é importante manter a configuração dos planos da forma acima.
 Poderão ser inseridas quantas linhas de ação quantas forem necessárias. Deve-se atualizar somente as fórmulas contidas nas células M16 a M21
 Procure sempre preencher todos os campos acima de forma completa e com português correto.

Legenda:

0	Não iniciada
1	Concluída
2	Em andamento
3	Atrasada
4	Amulada

Fonte: Ferramenta de Avaliação dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

Figura 6 – Plano de Ação Formação Inicial e Continuada

 Plano de Ação													
Indicador		Responsável		Setor		Dimensão							
Formação Inicial e Continuada		Adriano		Direção de Ensino		Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola							
Equipe				Data de elaboração		Data de atualização							
Osman, Marcos, Luciana, Adriano, Patricia, Sergio, Lucas, Ary, Renan e Mariana				24/04/2019									
Causa	Nº	Ação	Responsável	Local	Previsto		Realizado		Status	Impacto	Observações		
					Início	Término	Início	Término					
Inexistência de um programa efetivo de capacitação	1	Criar plano de capacitação em gestão	DG/GADM/GAI/DEN	Campus Lagarto	02/07/19	31/07/19				Capacitar os servidores que não fazem parte da gestão			
	1.1	Definir cronograma do plano	DG/GADM/GAI/DEN	Campus Lagarto	02/07/19	12/07/19				Planejar de forma eficiente o tempo de capacitação evitando prejuízo nos serviços prestados			
	1.2	Definir matérias para capacitação	DG/GADM/GAI/DEN	Campus Lagarto	15/07/19	31/07/19				Produzir capacitação de acordo com a verdadeira demanda			
	2	Criar de plano de capacitação pedagógico	DG/DEN	Campus Lagarto	02/07/19	02/07/19				Capacitar os servidores em assuntos pedagógicos para melhor realizar os trabalhos no Campus			
	2.1	Definir cronograma do plano	DG/DEN	Campus Lagarto	02/07/19	12/07/19				Planejar de forma eficiente o tempo de capacitação evitando prejuízo nos serviços prestados			
	2.2	Definir matérias para capacitação	DG/DEN	Campus Lagarto	15/07/19	31/07/19				Produzir capacitação de acordo com a verdadeira demanda			

Obs: Para o correto funcionamento do Gerenciador de Planos de Ação, é importante manter a configuração dos planos da forma acima.
 Poderão ser inseridas quantas linhas de ação quantas forem necessárias. Deve-se atualizar somente as fórmulas contidas nas células M16 a M21
 Procure sempre preencher todos os campos acima de forma completa e com português correto.

Legenda:

0	Não iniciada
1	Concluída
2	Em andamento
3	Atrasada
4	Amulada

Fonte: Ferramenta de Avaliação dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

Figura 7 – Plano de Ação Conselho de Campus e Participação Efetiva da Comunidade Escolar



INSTITUTO

FEDERAL

Sergipe

Plano de Ação

Indicadores		Responsável		Setor		Dimensão			
Conselho de Campus / Participação Efetiva da Comunidade Escolar		José Osman dos Santos		Direção Geral		Gestão Escolar Democrática			
Equipe				Data de elaboração		Data de atualização			
Osman, Marcos, Luciana, Adriano, Patricia, Sergio, Lucas, Ary, Renan e Mariana				24/04/2019					



Causa	Nº	Ação	Responsável	Local	Previsto		Realizado		Status	Impacto	Observações
					Início	Término	Início	Término			
Não efetividade do conselho de campus	1	Criar o conselho de Campus	DG	Campus Lagarto	03/06/19					Ampliação das discussões e planejamento das ações dentro do Campus pela comunidade escolar	
	1.1	Alterar o regimento interno do Campus para adequação do Conselho	DG	Campus Lagarto	03/06/19	28/06/19				Formalizar as atividades do Conselho de Campus	
	1.2	Criar comissão para regulação interna do conselho	DG	Campus Lagarto	01/07/19	31/07/19				Criar regimento interno do Conselho	
	1.3	Realizar as eleições para o Conselho de Campus	DG	Campus Lagarto	01/08/19	30/09/19				Promoção do Conselho de Campus para a comunidade escolar	

**Legenda:**

0	Não iniciada
1	Concluída
2	Em andamento
3	Atrasada
4	Amulada

Obs: Para o correto funcionamento do Gerenciador de Planos de Ação, é importante manter a configuração dos planos da forma acima.

Poderão ser inseridas quantas linhas de ação quantas forem necessárias. Deve-se atualizar somente as fórmulas contidas nas células M16 a M21

Procure sempre preencher todos os campos acima de forma completa e com português correto.

Fonte: Ferramenta de Avaliação dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

A aplicação da ferramenta teve que ser interrompida nessa etapa, por que não daria tempo para realizar os acompanhamentos das atividades propostas nos planos. A idéia da ferramenta é que seja finalizada após os acompanhamentos durante um ano para verificar o estágio das ações, verificar as dificuldades que a equipe está encontrando para concluir e propor novas ações. O processo de avaliação de um curso deve ser rodado a cada três anos, pois é o momento que conseguimos reunir turmas que participaram da avaliação anterior e turmas que vão participar pela primeira vez, conseguindo assim ter uma visão se os planos de ação construídos no primeiro processo realmente geraram as mudanças propostas.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

A construção de uma ferramenta de avaliação deve levar em consideração a definição de dimensões e seus indicadores para que decisões possam ser tomadas no âmbito da gestão educacional, ou seja, “a avaliação é, portanto, uma atividade que envolve legitimidade técnica e legitimidade política na sua realização.” (FERNANDES e FREITAS, 2007, p. 17). Ferrão (2012) afirma quão importante é a multiplicidade dos indicadores, a disposição, para a formação de juízo de valor relativamente ao critério formulado no sistema de avaliação e, assim, suportar adequadamente decisões de política educativa. Com isso alguns pressupostos são tidos como importantes para o referencial da avaliação, como o compartilhamento de esforços do coletivo escolar, de acordo com as autoras Moraes e Penteado (2017, p. 106), para avaliar além da medição do desempenho dos alunos nas provas externas, da avaliação da competência da gestão escolar ou até mesmo de ranqueamento dos professores. Passando a existir no interior da escola uma participação qualificada de cada ator e a negociação de interesses na busca de um único objetivo: a qualidade.

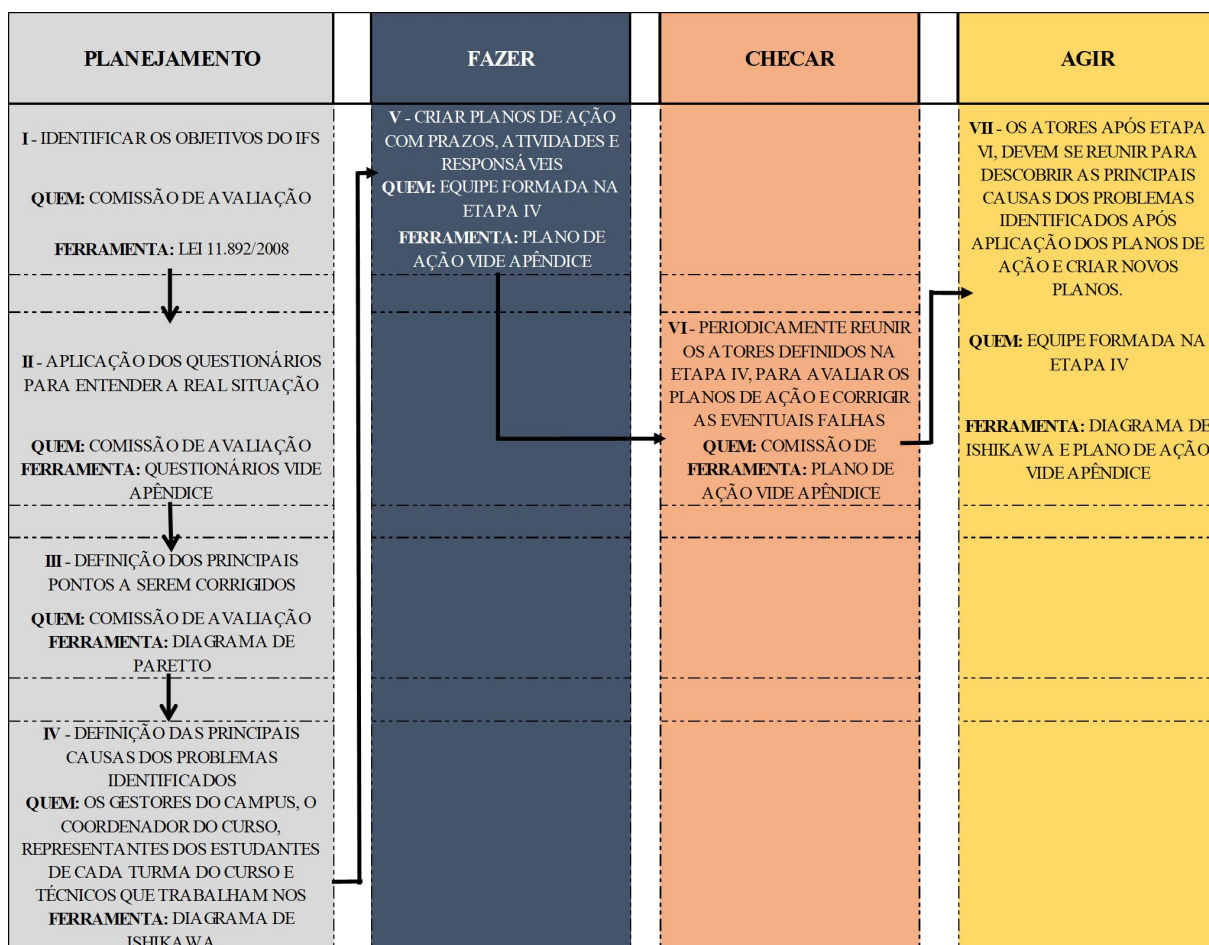
Ainda de acordo com a fala de Fernandes e Freitas (2007), o processo de avaliação visa planejar o futuro com base nas informações obtidas, com vistas a tentar manter ou melhorar a atuação da escola que deve ter um papel de incluir, de promover crescimento, desenvolver possibilidades para que os estudantes socializem experiências, perpetuem e construam cultura. Com isso o papel da avaliação não é o de classificar e nem algo distinto do processo de aprendizagem. Gariba (2005) completa afirmando que pensar avaliação implica fazê-lo sempre

vinculada a determinadas ações, fazendo com que os educadores e educandos devam ter condições para a compreensão crítica da realidade escolar. Continuando a idéia o autor traz o conceito de avaliação diagnóstica que se encaixa na proposta do produto, onde, como o nome já diz, tem a função de diagnosticar, pretendendo identificar e/ou explorar algumas características do avaliado, buscando sempre suas causas. Tendo diversas opções de como adquirir esses dados, podendo ser através da observação, como também através de tabelas de avaliação e de auto-avaliação

O produto será baseado no conceito PDCA que para Almeida (2014) é baseado no constante aperfeiçoamento do ciclo contínuo de reflexão e atuação sobre o processo, é um conceito que remete a autoavaliação do processo, permitindo uma real análise de cada etapa que queira ser estudada. “A sigla vem do termo em inglês Plan, Do, Check e Action, ou em uma roupagem mais nacional: Planejar, Fazer, Checar e Agir.” (ALMEIDA, 2014, p. 14). A primeira etapa do planejar é a busca pelo entendimento da essência dos Institutos Federais de Ensino, onde no próprio documento de criação, existe os objetivos a serem alcançados e que já foram descritos no início do trabalho. Com esses objetivos em mãos, o próximo passo é investigar com os atores, por meio de questionários, a real situação, realizar comparações com os objetivos propostos, após essa atividade desenvolver um processo de definição dos pontos cruciais que estão atrapalhando o percurso da instituição de alcançar os objetivos.

A ferramenta que foi usada para esse processo é o diagrama de pareto que segundo Ballesterro-Alvarez (2001) é uma ferramenta para ordenar os resultados dos indicadores mais significantes até os menos, do ponto vista negativo observado pelos atores que participaram da pesquisa. Em seguida definir as principais causas desses problemas usando o diagrama de causa e efeito ou diagrama de Ishikawa, que na definição de Miguel (2001), é uma forma gráfica utilizada como metodologia para definição das principais causas de um problema. Construir planos de ação com atividades, prazos, responsáveis por realizar os planos. Durante a realização das atividades, checar periodicamente as falhas de percurso que possam acontecer e agir imediatamente para corrigi-las e girar novamente o ciclo, pois o conceito do PDCA é a melhoria contínua.

Figura 8 – Fluxograma do produto



Fonte: Elaborado pelo autor.

O produto teve como método, o estudo de caso que de acordo com Severino (2017) concentra em um caso particular que é considerado representativo no conjunto de casos análogos, sendo a coleta e análise dos dados de forma parecida com a que se dá na pesquisa de campo. A avaliação de um curso específico do ensino médio integrado no Instituto Federal de Sergipe – *Campus* Lagarto pode ser considerado significativo e estará apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, já que a avaliação se baseia em critérios e indicadores que todas as instituições federais de ensino devem ter. Com isso a pesquisa de campo também faz parte desse processo metodológico, uma vez que, para Severino (2017), objeto de estudo é abordado em seu próprio meio ambiente, tendo a coleta de dados sendo feita em condições naturais.

Já as autoras Marconi e Lakatos (2011) tem uma visão um pouco diferente da

de Severino quando falam que o estudo se restringe ao caso pesquisado, não podendo ser generalizado. Mas trazem conceitos que serão abordados na aplicação do produto, como por exemplo o estudo de caso se caracteriza por dar especial atenção a questões que podem ser conhecidas por meio de casos tendo três (3) motivos distintos para se estudar: “intrínsecos – representação de traços particulares; instrumentais – esclarecimentos de traços sobre algumas questões; e coletivos – abordagem de vários fenômenos conjuntamente” (MARCONI, LAKATOS 2011, p. 276). O produto se dará pelo último motivo citado pelas autoras.

A definição das dimensões e seus indicadores teve como orientação trabalhos como o de Sistemática de Avaliação Institucional para os Centros de Educação Profissional, promovido pela Unesco em 2005, assim como também o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância – autorização – do Sinaes, construído em 2017 e da Ação Educativa que gerou um documento em 2004 chamado Indicadores da Qualidade na Educação, mesmo os dois últimos trabalhos de referência, não sendo algo específico da educação profissional tecnológica, trazem uma construção importante de quais elementos devemos olhar dentro de uma escola. O documento da Ação Educativa (2004) conceitua indicadores como sendo sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo. Com um conjunto de indicadores, pode-se construir um quadro de sinais que possibilitam identificar os pontos fortes e fracos dos cursos avaliados, de forma que todos os atores envolvidos tomem conhecimento e tenham condições de priorizar ações de melhoria.

Bertolin (2007) traça um quadro acerca das visões de qualidade da educação superior, e a visão pluralista pode ser transportada para educação profissional tecnológica – EPT por se aproximar muito dos conceitos trabalhados no documento de Concepções e Diretrizes, construído pelo MEC. A visão pluralista não trabalha apenas com a questão econômica, e sim com aspectos como os desenvolvimentos cultural, social e democrático de forma sustentável e equilibrada, com ênfase na emergência das especificidades locais. Com essa definição de visão sobre a qualidade da EPT, pode-se partir para a construção das dimensões a serem avaliadas, assim como, os indicadores de cada dimensão

Tabela 2 – Definição das dimensões

DIMENSÕES	CONCEITO
Ambiente Educativo	A escola é um espaço de ensino, aprendizagem e vivência de valores. Nela, os indivíduos experimentam a convivência com a diversidade humana.
Prática Pedagógica e avaliação	Foco no desenvolvimento dos alunos, observá-los de perto, conhecê-los, compreender suas diferenças, demonstrar interesse por eles, conhecer suas dificuldades e incentivar suas potencialidades. A avaliação é parte integrante e fundamental do processo educativo, onde por meio dela, o professor fica sabendo como está a aprendizagem dos alunos e obtém indícios para refletir e melhorar a sua própria prática pedagógica.
Gestão Escolar Democrática	Compartilhar decisões e informações, preocupar com a qualidade da educação e com a relação custo-benefício e a transparência.
Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola	Formação continuada aos profissionais, estabilidade do corpo docente, o que incide sobre a consolidação dos vínculos e dos processos de aprendizagem, uma adequada relação entre o número de professores e o número de aluno, salários condizentes com a importância do trabalho.

Ambiente Físico Escolar	Bom aproveitamento dos recursos existentes, uma organização que favoreça o convívio entre as pessoas, que seja flexível e conte com as condições suficientes para o desenvolvimento das atividades de ensino e aprendizagem e qualidade dos recursos.
Acesso e Permanência dos Alunos na Escola	Fazer com que os estudantes permaneçam e consigam concluir os níveis de ensino em idade adequada, discutindo formas de a escola oferecer boas oportunidades de aprendizagem a todos os cidadãos.

Fonte: Ação Educativa (2004)

A tabela acima expõe os conceitos das dimensões que serão trabalhadas no produto, onde cada uma delas trará indicadores a serem avaliados e que irão gerar informações acerca do curso avaliado. Os indicadores trabalhados estão expostos no quadro abaixo, onde foi feita pesquisas com os diversos documentos, já mencionados no início do capítulo, com o objetivo de retratar ao máximo o ambiente dos Institutos Federais de Ensino. Já a tabela 03 demonstra os conceitos sobre os indicadores que serão trabalhados no produto. Para Bauer (2017, p. 72) os indicadores, aqui, são entendidos como medidas, que podem ser simples ou compostas e que propiciam um retrato sintético de uma realidade e a apreensão da evolução dessa realidade, em relação, sempre, com um parâmetro pré-estabelecido.

Tabela 3 – Definição dos indicadores

DIMENSÕES	INDICADORES
Ambiente Educativo	Receptividade
	Respeitabilidade
	Contextualização

	Resolução de conflitos
Prática Pedagógica e Avaliação	Política Institucional
	Projetos de Curso e Planos de Ensino
	Avaliação e Desempenho do Aluno
	Currículos
Gestão Escolar Democrática	Transparência
	Conselho escolar
	Participação Efetiva da Comunidade Escolar
Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola	Formação inicial e continuada
	Regime de trabalho
	Colegiado de Curso
	Equipe Escolar
	Espaço físico
Ambiente Físico Escolar	Internet
	Móveis
	Salas de aula
	Equipamentos
	Biblioteca
	Acessibilidade
	Laboratórios
Acesso e Permanência dos Alunos na Escola	Abandono e evasão
	Acompanhamento escolar

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 4 – Conceituação dos indicadores

INDICADORES	CONCEITO
Receptividade	Amizade, solidariedade, promoção da integração da comunidade escolar e orientação e apoio a comunidade escolar

Respeitabilidade	Prática pedagógica inclusiva, combate à discriminação e respeito ao outro
Contextualização	O ambiente, a comunidade no entorno da escola são envolvidos nas práticas pedagógicas
Resolução de conflitos	Disciplina e tratamento adequado aos conflitos que ocorrem no dia-a-dia da escola. Respeito aos direitos dos adolescentes.
Política Institucional	Projeto político-pedagógico definido por todos e políticas no âmbito dos cursos
Projetos de Curso e Planos de Ensino	Planejamento, objetivos do curso, perfil profissional do egresso, metodologia e tecnologias da comunicação no processo ensino-aprendizagem
Avaliação e Desempenho do Aluno	Formas variadas e transparentes de avaliação, monitoramento da prática pedagógica e da aprendizagem e indicadores de desempenho dos alunos
Currículos	Estrutura e conteúdos curriculares e interdisciplinaridade
Transparência	Informação democratizada e organização e tratamento do acervo documental
Conselho escolar	Representatividade da comunidade escolar dentro da gestão da escola
Participação Efetiva da Comunidade Escolar	Envolvimento dos discentes, docentes, técnicos administrativos e pais de alunos no dia-a-dia da escola
Formação inicial e continuada	Titulação, capacitação e qualificação do corpo docente da escola
Regime de trabalho	Assuidade da equipe escolar e organização administrativa
Colegiado de Curso	Institucionalização com representatividade dentro dos cursos
Equipe Escolar	Composição por diversos profissionais que participam do cotidiano escolar
Espaço físico	Infraestrutura que compõe os espaços de trabalho da equipe escolar

Internet	Acesso a rede mundial de computadores, com troca de informações
Móveis	Objetos que compõe a estrutura física da escola
Salas de aula	Espaço físico reservado aos discentes e docentes
Equipamentos	Material de apoio para as atividades escolares
Biblioteca	Espaço físico reservado aos materiais didáticos e pedagógicos
Acessibilidade	Espaços físicos e estruturais que dêem condições de acesso á pessoas com deficiência
Laboratórios	Espaços físicos para as práticas desenvolvidas pelos discentes com orientação dos docentes
Abandono e evasão	Saída por diversos motivos dos discentes
Acompanhamento escolar	Atenção ao dia-a-dia dos discentes em relação ao ensino-aprendizagem

Fonte: Elaborado pelo autor

O produto será construído usando a ferramenta *WPS Spreadsheets* que é uma ferramenta gratuita que se assemelha a ferramenta Excel. Com ela os questionários, gráficos e o diagrama de ishikawa serão criados e disponibilizados tanto no software, quanto em pdf ou *google forms* (outra ferramenta gratuita para criação de questionários). Os formatos em pdf e no *google forms* será para facilitar a aplicação dos questionários que serão a primeira etapa do processo. A análise das respostas se dará pela ferramenta *WPS Spreadsheets*, onde existirá uma tabela para contagem e geração automática dos gráficos para iniciar a segunda etapa do processo, que consistirá em verificar quais indicadores tiveram maior importância em termos de necessidade de melhoria e será utilizada o diagrama de ishikawa para cada indicador o que gerará planos de ações. Fim desse processo, ocorrerá um acompanhamento da execução dos planos de ações para checar o andamento e também resolução dos problemas que poderão atrapalhar o cumprimento dos prazos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto de desenvolver um instrumento de avaliação foi concluído satisfatoriamente, contendo as definições das dimensões e indicadores que foram utilizados na pesquisa, a construção do questionário que foi adaptado de outras ferramentas, já que não foi encontrado na literatura um questionário específico para o ensino técnico integrado ao ensino médio. Os diagramas de paretto e Ishikawa cumpriram sua finalidade no tratamento dos dados coletos pelo questionário, gerando assim informação para o *brainstorm* e finalizando com a construção dos planos de ação que são os frutos desse instrumento de avaliação.

A aplicação da ferramenta de avaliação se mostrou divergente do que foi posto em teoria devido aos seguintes fatores: O que está posto para a comunidade escolar não é o que está posto na Lei nº 11.892 de 2008 (Lei de criação dos Institutos Federais de Ensino); Há muita diferença no processo de formação dos estudantes, na relação entre os diversos atores da comunidade escolar; E percebeu-se que a inexistência de uma avaliação institucional com a participação da comunidade escolar, causa um prejuízo na percepção do que é a escola, para que ela serve e como a comunidade pode fazer para melhorar.

Pensar que apenas a avaliação individual do estudante, principalmente no Enem, pode determinar se os Institutos Federais são de qualidade ou não, é uma falha de interpretação da sociedade como um todo. É colocar uma carga de responsabilidade apenas em um dos atores que compõem a comunidade escolar, é querer limitar o que se deve ser trabalhado dentro das escolas, é limitar ou até anular o pensamento crítico dos estudantes, é acabar com a possibilidade de envolver toda a comunidade no processo educacional. Como consequência dessas ações, é a sociedade procurando colocar seus filhos e filhas na escola que mais aprova no vestibular.

Percebeu-se que não existia uma ferramenta de avaliação institucional onde a comunidade pudesse avaliar a escola como um todo, e o objetivo dessa pesquisa foi cumprido com a criação de uma ferramenta de avaliação que envolve toda a comunidade escolar fazendo não só uma avaliação do ensino, mas também da estrutura, da gestão e também do processo de integração da comunidade escolar. A ferramenta foi utilizada para avaliar o curso de edificações do *Campus Lagarto*. A

maior dificuldade nesse processo de aplicação foi a inexistência de um costume por parte dos atores em participar desse processo. Principalmente entre os professores e estudantes, que mesmo com uma explicação de como se daria o processo e do nível de importância para a instituição, teve baixa participação.

Mas não pode ser visto como algo negativo ou que não deu certo. A aplicação da ferramenta teve ganhos para a instituição por que conseguiu trazer uma nova visão para os que participaram dela e são esses atores que irão replicar para os demais. O importante nesse processo é que a gestão do Instituto Federal de Sergipe possa levar adiante e formalizar o uso da ferramenta em conjunto com a criação de uma comissão de avaliação para iniciar uma mudança de cultura dentro da escola. Assim como concretizar as ações que foram definidas nos planos de ação criados durante a aplicação da ferramenta.

Durante a pesquisa e aplicação houve debates acerca de evasão escolar, do plano pedagógico do curso, da gestão democrática que podem e devem ser discutidos e estudados para futuros trabalhos acadêmicos. Esses e demais temas surgem quando realizamos um processo de avaliação como esse por que os atores participantes falam a realidade vivida por eles dentro e fora da instituição e são essas discussões que fomentam a vontade de querer mudar e melhorar. Um ponto negativo que merece destaque é que o *brainstorm* que é uma das etapas do processo de aplicação da ferramenta, não pode ser realizado de forma presencial, sendo feito online individualmente, perdendo assim a essência do processo que é de uma discussão coletiva para o alcance de uma causa primária para os diversos problemas trabalhados e como recomendação para futuras aplicações desse processo de avaliação é que de fato se aplique de maneira correta todas as ferramentas para que possa ter uma avaliação mais precisa dos problemas identificados.

O maior impacto que o produto causou é a mudança de percepção quanto ao que pode ser feito dentro da escola diferente do que já está posto para a comunidade. É fazer com que a comunidade escolar seja ouvida e que ela tenha papel ativo dentro do processo de avaliação e que tenha sentimento de pertencimento e responsabilidade com as atividades propostas nos planos de ação, que possa cobrar quando for o momento de acompanhamento e que possa rever as

ações para que possam alcançar as transformações necessárias para obter a qualidade que tanto almejam para o curso, para a escola e para a comunidade.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Juliano Bezerra de. **Desenvolvimento de método de avaliação de desempenho de processos de manufatura considerando parâmetros de sustentabilidade**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- AFONSO, Almerindo. **Para uma concetualização alternativa de accountability em educação**. Educação & Sociedade, v. 33, n. 119, 2012.
- ALMEIDA, Eduardo de. **QUALIDADE EDUCACIONAL: o desafio do processo eficiente e do resultado eficaz**. Maiêutica-Gestão Ambiental, v. 1, n. 1, 2014.
- ARROYO, Miguel G.. O Direito à formação humana como referente da avaliação. In: SORDI, Mara Regina Lemes de; VARANI, Adriana; MENDES, Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz (Orgs). **Qualidade(s) da escola pública reinventando a avaliação como resistência**. Navegando, 1ª edição eletrônica. 2017.
- BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda *et al.* **Administração da qualidade e da produtividade: abordagens do processo administrativo**. São Paulo: Atlas, v. 1, 2001.
- BARREYRO, Gladys Beatriz. **Of evaluation, rankings and media. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 13, n. 3, p. 863-868, 2008.
- BAUER, Adriana. Uso de indicadores educacionais para a avaliação e monitoramento da qualidade da escola: Possibilidades e desafios. In: SORDI, Mara Regina Lemes de; VARANI, Adriana; MENDES, Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz (Orgs). **Qualidade(s) da escola pública reinventando a avaliação como resistência**. Navegando, 1ª edição eletrônica. 2017.
- BERTOLIN, Julio César Godoy. **Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização: período 1994-2003**. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Concepção e diretrizes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia** 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Cursos de Graduação Presencial e a Distância** 2017.
- BRASIL, Lei. 11.892 de 29 de dezembro de 2008-Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, v. 30, 2008.
- BRENNAND, Eladio Jose de Goes *et al.* **Modelo de mensuração do desempenho dos institutos federais: uma análise a partir de microdados**. 2014.
- BRITO, Márcia Regina F. de. **O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 13, n. 3, 2008.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 23, n. 3, 2007.
- DA SILVA, Angela Maria Ferreira; LOPES, Pedro Isaac Ximenes; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. **Avaliação da educação no Brasil: a centralidade dos testes em larga escala**. HOLOS, v. 7, p. 388-401, 2016.
- DORNELES, Rachel Pereira. **Avaliação da educação profissional: um estudo**

sobre indicadores educacionais específicos. 2011.

DOURADO, Adaildes Bispo; OLIVEIRA, Lúcia Helena de Medeiros Moreira. **CAMPUS RIO VERDE DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO: MEIO SÉCULO DE ENSINO PROFISSIONAL AGRÁRIO NO SUDOESTE DE GOIÁS**. Revista Educare- ISSN 2527-1083, v. 2, n. 1, p. 73-87, 2018.

EDUCATIVA, Ação *et al.* **Indicadores da qualidade na educação**. São Paulo: Ação Edu, 2004.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FERRÃO, Maria Eugénia. **Avaliação educacional e modelos de valor acrescentado: tópicos de reflexão**. Educação & Sociedade, v. 33, n. 119, 2012.

FERREIRA, Sandra Lúcia; DE ANDRADE, Andrea; DE SOUZA, Fernanda Evelin Camarço. **n. 2-REFLEXÕES SOBRE A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**. Jornal de Políticas Educacionais, v. 12, 2018.

FREITAS, Josi Aparecida de. **Trabalho e educação na contemporaneidade: problematizações sobre a educação profissional no Brasil**. Revista Thema, v. 15, n. 2, p. 621-633, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Qualidade negociada: avaliação e contraregulação na escola pública**. Educação & Sociedade, v. 26, n. 92, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Espaço Aberto A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe**. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, p. 169, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora**. Perspectiva, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001.

GADOTTI, Moacir. **O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**. 2016.

GARIBA JÚNIOR, Maurício *et al.* **Um modelo de avaliação de cursos superiores de tecnologia baseado na ferramenta benchmarking**. 2005.

GENESINI, Teresa A. Gomes *et al.* **Avaliação e qualidade na Educação profissional**. 1998

IFS. Proen em números. Disponível em: <
<http://www.ifs.edu.br/proen/numeros/painel/>> Acesso em 06 de novembro de 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. **Qualidade: enfoque e ferramentas**. Artliber, 2001.

MIRANDA, Antônio Carlos; BERTAGNA, Regiane Helena; OLIVEIRA, Sara Badra de. As negociações para a definição dos itens da matriz avaliativa: Embates quantitativos. In: SORDI, Mara Regina Lemes de; VARANI, Adriana; MENDES, Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz (Orgs). **Qualidade(s) da escola pública reinventando a avaliação como resistência**. Navegando, 1ª edição eletrônica. 2017.

MORAES, Mônica Cristina Martinez; PENTEADO, Thais Carvalho Zanchetta. Um olhar para os avanços e recuos do processo de avaliação institucional participativo da rede municipal de Campinas. In: SORDI, Mara Regina Lemes de; VARANI,

- Adriana; MENDES, Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz (Orgs). **Qualidade(s) da escola pública reinventando a avaliação como resistência**. Navegando, 1ª edição eletrônica. 2017.
- NETA, Olivia Moraes Medeiros; ASSIS, Sandra Maria; LIMA, Aline Cristina Silva. **O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: uma possibilidade de superação da dualidade educacional no ensino médio integrado**. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, v. 2, n. 5, p. 93-105, 2016.
- NOSELLA, Paolo; DE AZEVEDO, Mário Luiz Neves. **A educação em Gramsci**. Teoria e Prática da Educação, v. 15, n. 2, p. 25-33, 2012.
- OLIVEIRA, Caíque Diogo de. **A REFORMA DO ENSINO MÉDIO COMO SUBMISSÃO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DO IFSP DE SÃO ROQUE**. In: Colloquium Humanarum. ISSN: 1809-8207. 2018. p. 44-52.
- OLIVEIRA, JF De; MORAES, KN de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**. Políticas e gestão na Educação, v. 118, 2008.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.
- PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 1990.
- PARO, Vitor Henrique. **A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, p. 300-307, 1998.
- PARO, Vitor Henrique. **Crítica da estrutura da escola**. Cortez Editora, 2017.
- PACHECO, Eliezer. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**. São Paulo: Moderna, 2012.
- PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. 2018.
- RAMOS, Ivone Marchi Lainetti. **Avaliação institucional na educação profissional: Sistemática de avaliação institucional para os centros de educação profissional**. 2005.
- ROESCH, Sylvia Maria Azevedo *et al.* **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, v. 2, 1999.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista brasileira de história & ciências sociais, v. 1, n. 1, 2009.
- SAVIANI, Dermeval *et al.* **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista brasileira de educação, 2007.
- SÁ, Virgínio. **A (auto) avaliação das escolas: “virtudes” e “efeitos colaterais”**. Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação, v. 17, n. 62, 2009.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Docência universitária: a pesquisa como princípio pedagógico**. Revista@ mbienteeducação, v. 2, n. 1, p. 120-128, 2018.
- SILVA, KATHARINE NINIVE PINTO; RAMOS, MARISE NOGUEIRA. **O ensino médio integrado no contexto da avaliação por resultados**. EDUCAÇÃO &

SOCIEDADE, v. 39, n. 144, 2018.

SORDI, Mara Regina Lemes de. A qualidade social da escola pública em confronto com a lógica dos reformadores empresariais. In: SORDI, Mara Regina Lemes de; VARANI, Adriana; MENDES, Geisa do Socorro Cavalcanti Vaz (Orgs). **Qualidade(s) da escola pública reinventando a avaliação como resistência**. Navegando, 1ª edição eletrônica. 2017.

SOUSA, S. M. Z. L. **Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar**. Cadernos de pesquisa, v. 119, p. 175-190, 2003.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 123-140, 2009.

SOUZA, Sandra Zákia Lian de; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil**. Educação & Sociedade, v. 24, n. 84, 2003.

TEODORO, Elinilze Guedes; SANTOS, Rosineide Lourinho. **Trabalho como princípio educativo na educação profissional**. Revista de C. Humanas, v. 11, n. 1, p. 151-162, 2011.

UNESCO. Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Governo do Tocantis. **Sistemática de Avaliação Institucional para os Centros de Educação Profissional**. 2005

VIEIRA, Marcello Silveira. **Avaliação de desempenho em instituições de ensino técnico com apoio da técnica de similaridade com solução ideal**. 2016.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

A ferramenta conta com um questionário para a coleta dos dados, com diagramas de paretto para a definição das dimensões e indicadores, uma estrutura modelo do diagrama de ishikawa e do plano de ação. E por fim o passo a passo para a realização do processo de avaliação.

AMBIENTE EDUCATIVO

O Campus é um espaço de ensino, aprendizagem e vivência de valores. Nele, os indivíduos experimentam a convivência com a diversidade humana.

Receptividade	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. Existe ações de acolhimento e permanência dos estudantes?			
2. Existe intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados?			
3. Existe apoio psicopedagógico?			
4. Existe participação em intercâmbios nacionais ou internacionais?			
5. Quando alguém (servidores ou estudantes) chega ao campus com algum problema pessoal encontra pessoas dispostas a ajudar?			
6. O Campus promove festas com a participação de pais, estudantes e servidores?			

Respeitabilidade	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. O Campus conta com uma equipe, especialmente designada, para assegurar as condições de atendimento às pessoas com necessidades educativas			

ou educacionais especiais?			
2. O Campus promove programas de capacitação para a comunidade escolar, visando ao atendimento de pessoas com necessidades especiais?			
3. Os pais dos estudantes são sempre atendidos com atenção e respeito na escola?			
4. Quando os estudantes têm atitudes preconceituosas ou discriminatórias, isso é conversado na sala de aula ou em outro espaço do Campus para que não aconteça mais?			
5. A discriminação é assunto abordado durante as aulas?			
6. O Campus acolhe estudantes com algum tipo de deficiência nas mesmas salas de aula em que os estudantes sem nenhum tipo de deficiência?			
7. Estudantes com algum tipo de deficiência recebem apoio individualizado?			

Contextualização	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. Os professores e estudantes realizam atividades de estudo do ambiente do entorno do Campus?			
2. Os professores e estudantes desenvolvem atividades para resolver problemas que percebem no entorno do Campus?			
3. O Campus promove visitas ao bairro e na cidade para que os estudantes conheçam e aprendam a usar os equipamentos públicos da região (postos de saúde, hospitais, parques, praças, monumentos, museus, bibliotecas, centro culturais, Conselho Tutelar, etc.)?			
4. Os professores relacionam os conteúdos a serem trabalhados na sala de aula com a vida cotidiana dos estudantes?			
5. Temáticas importantes para o processo educativo de adolescentes e jovens são tratados no Campus (gravidez na adolescência, abuso de álcool e drogas, emprego e desemprego, sexualidade, relacionamento com os pais, amizade, etc.)?			

Resolução de Conflitos	SIM	NÃO	NÃO SEI
-------------------------------	------------	------------	----------------

1. A ROD (Regulamento de Organização Didática) do Campus é claro, conhecido e respeitado por toda a comunidade escolar?			
2. Os estudantes participam da elaboração da ROD (Regulamento de Organização Didática)?			
3. As regras da ROD (Regulamento de Organização Didática) estabelecem direitos e deveres para todos (estudantes, professores, diretor, demais profissionais da escola, pais e mães)?			
4. Os professores desenvolvem atividades para que os estudantes aprendam a dialogar e negociar?			
5. O Estatuto da Criança e Adolescente é abordado nas salas de aula ou em outras atividades realizadas no Campus?			

PRÁTICA PEDAGÓGICA E AVALIAÇÃO

Foco no desenvolvimento dos estudantes, observá-los de perto, conhecê-los, compreender suas diferenças, demonstrar interesse por eles, conhecer suas dificuldades e incentivar suas potencialidades. A avaliação é parte integrante e fundamental do processo educativo, onde por meio dela, o professor fica sabendo como está a aprendizagem dos estudantes e obtém indícios para refletir e melhorar a sua própria prática pedagógica

Política Institucional	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. As políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa constantes no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) estão previstas no âmbito do curso?			
2. As políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa estão voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso?			
3. O Instituto Federal possui um projeto político-pedagógico escrito?			

4. Servidores, estudantes e outros membros da comunidade escolar participam ativamente da elaboração do PPP (Projeto Político-Pedagógico) do Instituto?			
5. Todos que trabalham no Campus conhecem o PPP (Projeto Político-Pedagógico) do Instituto Federal?			
6. O PPP (Projeto Político-Pedagógico) do Instituto é coerente com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais?			

Projetos de Curso e Planos de Ensino	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. Os objetivos do curso estão previstos no PPC (Projeto Pedagógico de Curso) considerando o perfil profissional do egresso?			
2. Os objetivos do curso estão previstos no PPC (Projeto Pedagógico de Curso) considerando características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso?			
3. A metodologia prevista no PPC (Projeto Pedagógico de Curso) coaduna-se com práticas pedagógicas que estimulem a ação do estudante em uma relação teoria-prática, e é claramente inovadora e embasada em recursos que proporcionem aprendizagens diferenciadas dentro da área?			
4. As tecnologias de informação e comunicação planejadas para o processo de ensino-aprendizagem possibilitam a execução do PPC (Projeto Pedagógico de Curso)?			
5. As tecnologias de informação e comunicação planejadas para o processo de ensino-aprendizagem viabilizam a acessibilidade digital e comunicacional e a interatividade entre professores e estudantes?			
6. As tecnologias de informação e comunicação planejadas para o processo de ensino-aprendizagem asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e propiciam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso?			
7. Os PPC's (Projetos Pedagógicos de Cursos) encontram-se disponíveis para consulta de toda comunidade escolar?			
8. São realizadas reuniões com a equipe docente (Professores) para a elaboração dos planos de ensino			

de acordo com os PPC's (Projetos Pedagógicos de Cursos)?			
9. Os professores planejam regularmente suas aulas?			
10. O planejamento prevê o uso de diferentes recursos pedagógicos (internet, jornais, revistas, livros diversos, obras de arte, filmes) em sala de aula?			
11. Os professores ouvem e consideram opiniões e sugestões dos estudantes para planejar suas aulas?			

Avaliação e Desempenho do Estudante	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação atendem à concepção do curso definida no PPC (Projeto Pedagógico de Curso)?			
2. Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação possibilitam o desenvolvimento e a autonomia do estudante de forma contínua e efetiva, sendo planejadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas?			
3. As aulas previstas e dadas são devidamente controladas?			
4. Há controle do processo de reposição de aulas (número de aulas por disciplina e registro dos conteúdos)?			
5. O diagnóstico do perfil dos estudantes, realizado no início de cada curso, é utilizado para subsidiar o planejamento pedagógico?			
6. São realizadas reuniões, no mínimo bimestrais, para análise do desempenho dos estudantes matriculados nos cursos?			
7. Os técnicos administrativos, designados para a função, juntamente com os professores, realizam acompanhamento sistemático da frequência dos estudantes?			
8. Os estudantes são informados no início de cada ano letivo sobre as competências que serão desenvolvidas, a metodologia a ser adotada e o sistema de avaliação?			
9. Os professores fazem uso de diferentes atividades para avaliar os estudantes?			
10. O Campus conta com profissionais de apoio pedagógico?			

Currículos	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. A estrutura curricular, prevista no PPC (Plano Pedagógico de Curso), considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade e evidencia a articulação da teoria com a prática?			
2. Os conteúdos curriculares, previstos no PPC (Plano Pedagógico de Curso), possibilitam o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área?			

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Compartilhar decisões e informações, preocupar com a qualidade da educação e com a relação custo-benefício e a transparência.

Transparência	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. O Campus possui local adequado para arquivar e conservar seus documentos?			
2. O Campus possui pessoas qualificadas responsáveis pelo acervo?			
3. Os documentos arquivados são localizados com facilidade?			
4. O acervo documental é conservado em suporte eletrônico com cópias de segurança?			
5. O Campus conta com murais de informações, cujo conteúdo é atualizado constantemente?			
6. A direção consegue informar toda a comunidade escolar sobre os principais acontecimentos do Campus?			

7. A direção presta contas à comunidade escolar, apresentando regularmente o orçamento do Campus e seus gastos?			
---	--	--	--

Conselho de Campus	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. Há o chamamento da comunidade escolar para as reuniões promovidas pelo conselho?			
2. Todos os participantes tem oportunidade de voz e voto?			
3. Todas as reuniões do conselho possuem pauta prévia?			
4. Todas as reuniões são devidamente registradas?			
5. São repassadas à comunidade escolar as decisões tomadas nas reuniões?			
6. O conselho de Campus é formado por representantes de toda a comunidade escolar e sua composição possui o mesmo número de pessoas entre servidores e não servidores?			
7. O conselho de Campus tem normas de funcionamento definidas e conhecidas por todos?			
8. Os conselheiros recebem capacitação para exercer sua função?			
9. O conselho de Campus é quem decide o que deve ser comprado com os recursos do próprio Campus?			

Participação Efetiva da Comunidade Escolar	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. O grêmio escolar está devidamente constituído?			
2. O grêmio escolar é ativo e atuante?			
3. O grêmio cumpre o proposto em suas normas estatutárias?			
4. O grêmio dá oportunidade de participação a todos os estudantes?			
5. São realizadas feiras para divulgação da produção científico-cultural do Campus?			
6. Os pais, estudantes, servidores e demais funcionários discutem as dificuldades de gestão e de financiamento do Campus e participam das iniciativas voltadas à solução destes problemas?			

7. Os pais comparecem e participam ativamente das reuniões sobre a vida escolar dos estudantes?			
8. O Campus se mantém aberto aos finais de semana para que a comunidade possa usufruir do espaço?			

FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA

Formação continuada aos profissionais, estabilidade dos professores, o que incide sobre a consolidação dos vínculos e dos processos de aprendizagem, uma adequada relação entre o número de professores e o número de estudantes, salários condizentes com a importância do trabalho.

Formação inicial e continuada	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. Há grupos de estudo ou de pesquisa?			
2. Os professores proporcionam acesso à conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso?			
3. O Campus desenvolve propostas de capacitação para os professores por iniciativa própria?			
4. O Campus desenvolve propostas de capacitação para os servidores administrativos, por iniciativa própria?			
5. O Campus incentiva a equipe escolar à participação em eventos de atualização técnica e/ou pedagógica?			
6. Todos os professores com mais de 2 anos de serviço dentro da Instituição, participaram de alguma atividade de formação continuada nos últimos doze (12) meses?			
7. Existe dentro do Campus reuniões pedagógica periódicas para discussão dos planos de aula, avaliação de práticas e para estudos?			

Regime de Trabalho	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. O regime de trabalho previsto do coordenador de curso é de tempo integral e possibilita o atendimento das demandas?			
2. O regime de trabalho dos professores previsto possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos estudantes, a participação no colegiado e o planejamento didático?			
3. As faltas dos servidores da escola (professores e técnicos) são um problema discutido por toda a comunidade escolar, quando estão atrapalhando o aprendizado e o andamento das atividades educativas?			

Colegiado de Curso	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. Existe colegiados de curso?			
2. Caso a resposta anterior seja "sim", existe representatividade dos segmentos, reuniões periódicas?			

Equipe Escolar	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. O Campus dispõe da quantidade de professores de que necessita?			
2. O número de técnicos é suficiente para o bom funcionamento do Campus?			
3. Os servidores contam com um plano de carreira?			
4. O número de mudanças e substituições de professores e demais profissionais do Campus são calculados a cada ano ou semestre e discutidos pela comunidade escolar?			

Espaço Físico	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. Os espaços de trabalho para os professores em tempo integral viabilizam ações acadêmicas e possuem recursos de tecnologia da informação?			
2. Os espaços para os professores garantem privacidade para o uso dos recursos, para o atendimento a estudantes e orientandos?			

AMBIENTE FÍSICO ESCOLAR

Bom aproveitamento dos recursos existentes, uma organização que favoreça o convívio entre as pessoas, que seja flexível e conte com as condições suficientes para o desenvolvimento das atividades de ensino e aprendizagem e qualidade dos recursos.

Internet	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. O Campus está conectada a internet?			
2. A conexão com a internet permite a realização de pesquisas com rapidez?			
3. Toda a comunidade escolar têm acesso à internet?			

Móveis	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. Há carteiras disponíveis para o uso de todos os estudantes?			
2. As carteiras estão em boas condições de uso?			
3. As carteiras quebradas são rapidamente reaproveitadas?			
4. Há mesas e cadeiras para os professores nas salas de aula?			
5. As mesas e cadeiras dos professores estão em boas condições de uso?			
6. As mesas e cadeiras dos professores, quando quebradas, são rapidamente reaproveitadas?			

Salas de Aula	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. As salas atendem às necessidades institucionais do			

curso?			
2. Apresentam manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação, adequados às atividades a serem desenvolvidas e flexibilidade relacionada às configurações espaciais?			
3. O mobiliário é apropriado para o curso?			
4. As salas de aula são suficientes para o número de estudantes do Campus?			

Equipamentos	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. Os equipamentos de informática usados pelos estudantes atendem às necessidades institucionais?			
2. Os equipamentos possuem programas (softwares) atualizados e passa por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência?			
3. Existe materiais de apoio (piloto, quadro, livros, mapas) disponíveis para o uso dos professores?			
4. O conteúdo desses materiais respeita a diversidade humana e a igualdade entre todos?			
5. Esses materiais são usados em sala de aula para apoiar a prática pedagógica?			
6. Há televisão, computador, projetor, aparelho de som?			
7. O conteúdo de vídeos, programas de tv e músicas utilizados no Campus respeita a diversidade humana e a igualdade entre todos?			
8. Todos os membros da comunidade escolar participam de atividades educacionais que usam esses materiais?			

Biblioteca	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. O acervo físico está tombado e informatizado?			
2. O acervo da bibliografia básica é adequado em relação as unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC (Plano Pedagógico de Curso)?			
3. O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado?			

4. Existe espaço adequado para pesquisa?			
5. Há servidor(es) capacitado(s) para o atendimento ao público em todos os períodos?			
6. A biblioteca conta com acervo organizado, ambiente agradável, arejado e iluminado?			
7. Qualquer pessoa (estudante, professor, técnicos administrativos, pai ou mãe) pode frequentar a biblioteca ou ter acesso aos livros da escola?			

Acessibilidade	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. Há vias para acesso de pessoas com deficiência ao Campus (salas de aula, pátio, biblioteca, etc.)?			
2. As vias para acesso de pessoas com deficiência estão em boas condições de uso?			

Laboratórios	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. Os laboratórios didáticos atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC (Plano Pedagógico de Curso) e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança?			
2. Os laboratórios apresentam conforto, manutenção periódica, serviço de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas?			
3. Possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios?			
4. Os equipamentos estão acondicionados adequadamente e instalados em local apropriado?			

ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NO CAMPUS

Fazer com que os estudantes permaneçam e consigam concluir os níveis de

ensino em idade adequada, discutindo formas do Campus oferecer boas oportunidades de aprendizagem a todos os cidadãos.

Abandono e evasão	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. Todas os adolescentes em idade escolar do entorno frequentam o Campus regularmente?			
2. A comunidade escolar tem informações sobre a quantidade de estudantes que se evadem ou abandonam o Campus?			
3. A comunidade escolar busca compreender as causas do abandono e da evasão?			
4. O Campus adota alguma medida para trazer de volta estudantes que se evadiram ou abandonaram?			
5. Essas medidas tem gerado bons resultados?			

Acompanhamento Escolar	SIM	NÃO	NÃO SEI
1. A comunidade escolar calcula o número total de faltas dos estudantes?			
2. A comunidade escolar procura compreender as causas das faltas dos estudantes?			
3. O Campus possui alguma maneira de atender os estudantes com maior número de faltas, buscando resolver esse problema?			
4. No dia-a-dia, os professores dão atenção individual àqueles estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem?			
5. O Campus oferece oportunidades especiais para estudantes que têm dificuldades de aprendizagem (lições extras, grupos de reforço, debates, exame de recuperação, etc.)?			
6. Caso atividades como estas sejam oferecidas, elas conseguem fazer com que os estudantes melhorem seu nível de aprendizagem?			
7. A comunidade escolar sabe quais são as disciplinas que mais reprovam e isto está merecendo atenção			

especial da direção e dos professores?			
--	--	--	--

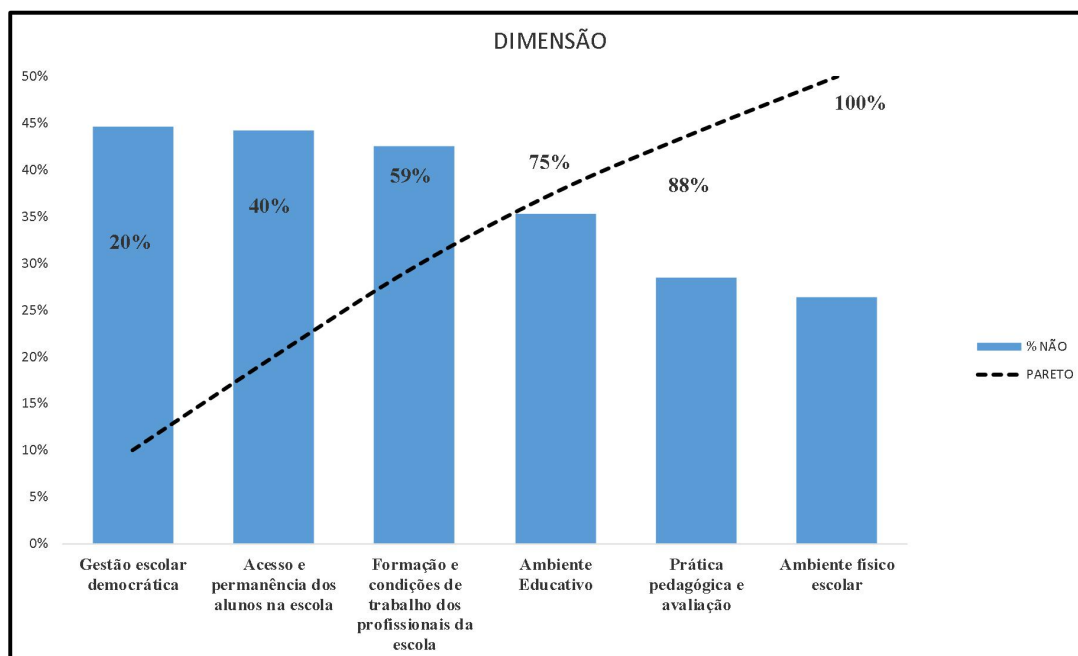
RESPOSTAS

	DIMENSÃO	SI	NÃ	NÃO	%	% NÃO
		M	O	SEI	NÃO	SEI
INDICADORES	Ambiente Educativo					0%
	Receptividade					0%
	Respeitabilidade					0%
	Contextualização					0%
	Resolução de Conflitos					0%
	Prática pedagógica e avaliação					0%
	Política institucional					0%
	Projetos de curso e planos de ensino					0%
	Avaliação e desempenho do aluno					0%
	Currículos					0%
	Gestão escolar democrática					0%
	Transparência					0%
	Conselho escolar					0%
	Participação efetiva da comunidade escolar					0%
	Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola					0%
	Formação inicial e continuada					0%
	Regime de trabalho					0%
	Colegiado de curso					0%
	Equipe escolar					0%
	Espaço físico					0%

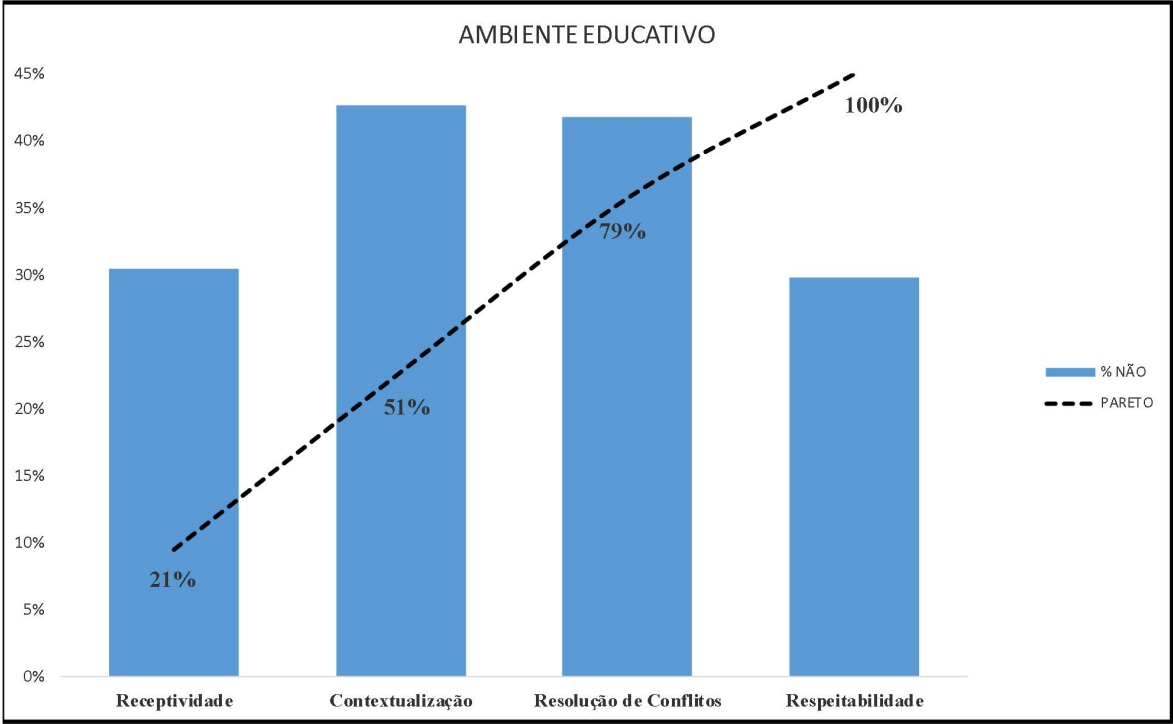
Ambiente físico escolar						0%
Internet						0%
Móveis						0%
Salas de aula						0%
Equipamentos						0%
Biblioteca						0%
Acessibilidade						0%
Laboratórios						0%
Acesso e permanência dos alunos na escola						0%
Abandono e evasão						0%
Acompanhamento escolar						0%

DIMENSÃO	% NÃO
Gestão escolar democrática	45%
Acesso e permanência dos alunos na escola	44%
Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola	43%
Ambiente Educativo	35%
Prática pedagógica e avaliação	28%
Ambiente físico escolar	26%

PARETO	PARETO
45%	20%
40%	40%
35%	60%
30%	80%
25%	90%
20%	100%



AMBIENTE EDUCATIVO	% NÃO	PARETO	PARETO
Receptividade	30%	21%	21%
Contextualização	43%	51%	25%
Resolução de Conflitos	42%	79%	39%
Respeitabilidade	30%	100%	21%

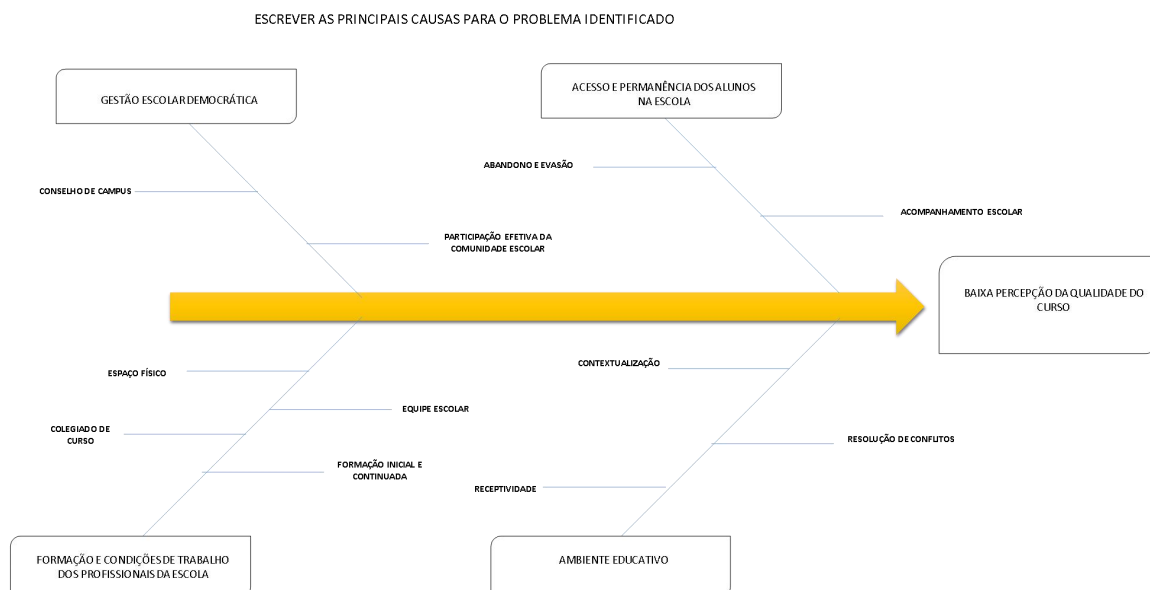


Plano de Ação											
Indicador			Responsável		Setor		Dimensão				
Equipe						Data de elaboração		Data de atualização			
Causa	Nº	Ação	Responsável	Local	Previsto		Realizado		Status	Impacto	Observações
	1				Início	Término	Início	Término			
	1.1										
	1.2										
	1.3										
	1.4										
	1.5										
	1.6										
	1.7										
	2										
	2.1										
	2.2										
	3										
	3.1										
	3.2										

Obs: Para o correto funcionamento do Gerenciador de Planos de Ação, é importante manter a configuração dos planos da forma acima.
Poderão ser inseridas quantas linhas de ação quantas forem necessárias. Deve-se atualizar somente as formulas contidas nas células M16 a M21
Procure sempre preencher todos os campos acima de forma completa e com português correto.

Legenda:

0	Não iniciada
1	Concluída
2	Em andamento
3	Abranda
4	Anulada



PASSO A PASSO PARA O USO DA FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO

1. Primeiro é preciso definir os atores que participarão do processo de avaliação: A escolha deve contemplar os docentes do curso, os discentes das turmas e os técnicos que estão envolvidos diretamente no curso e indiretamente (participando da gestão da escola)

2. O questionário pode ser usado impresso e entregue pessoalmente aos atores, usando o template que está no arquivo em extensão “.xlsx” que pode ser aberto tanto no excel, quanto no programa Spreadsheets (que é semelhante ao excel e gratuito). O template está disponível no drive da conta: avaliacaocursosept.mestrado@gmail.com com senha de acesso: avaliacaocursosept.

Spreadsheets

Recortar

Copiar

Recortar

Calibri

14

A⁺

A⁻

B

I

U

A

A

Mesclar e Centralizar

Quebra de Texto

Geral

Formatação condicional

Insertar

Layout da Página

Fórmulas

Dados

Revisão

Exibir

Recursos Especiais

My WPS

Produto - Mestrado_2ª versão.xls

B2

fx

AMBIENTE EDUCATIVO

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1	AMBIENTE EDUCATIVO											
2												
3												
4												
5												
6	O Campus é um espaço de ensino, aprendizagem e vivência de valores. Nele, os indivíduos experimentam a convivência com a diversidade humana.											
7												
8												
9												
10												
11	Receptividade							SIM	NÃO	NÃO SEI		
12	1. Existe ações de acolhimento e permanência dos estudantes?							21	2			
13	2. Existe intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados?							10	13			
14	3. Existe apoio psicopedagógico?							23	0			
15	4. Existe participação em intercâmbios nacionais ou internacionais?							14	9			
16	5. Quando alguém (servidores ou estudantes) chega ao campus com algum problema pessoal encontra pessoas dispostas a ajudar?							21	2			
17	6. O Campus promove festas com a participação de pais, estudantes e servidores?							7	16			
18												
19	Respeitabilidade							SIM	NÃO	NÃO SEI		
20	1. O Campus conta com uma equipe, especialmente designada, para assegurar as condições de atendimento às pessoas com necessidades educacionais ou educacionais especiais?							18	5			
21	2. O Campus promove programas de capacitação para a comunidade escolar, visando ao atendimento de pessoas com necessidades especiais?							4	19			
22	3. Os pais dos estudantes são sempre atendidos com atenção e respeito na escola?							22	1			
23												

3. Ou pode ser encaminhado por email, usando o google forms (usar o formulário criado especificamente para o processo que está no drive da conta do gmail: avaliacaocursosept.mestrado@gmail.com), com a senha de acesso: avaliacaocursosept, através do link: <https://goo.gl/forms/zpaAPGMsYDF7vh0h2>

Google Forms interface showing the 'FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO'.

Seção 1 de 7

PERGUNTAS RESPOSTAS 23

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO

GLOSSÁRIO DA FERRAMENTA

Colegiado de Curso: Responsável pela supervisão das atividades didáticas do curso, pela orientação aos professores, com vista o desempenho de cada um deles, no cumprimento de suas obrigações.

Comunidade Escolar: Grupo formado por professores, técnicos administrativos, estudantes e pais e/ou responsáveis legais.

Conselho de Campus: Grupo formado por representantes da comunidade escolar para tratar de assuntos relacionados ao funcionamento (pedagógico, administrativo, financeiro) do campus.

Egresso: Estudante que concluiu os estudos e se formou.

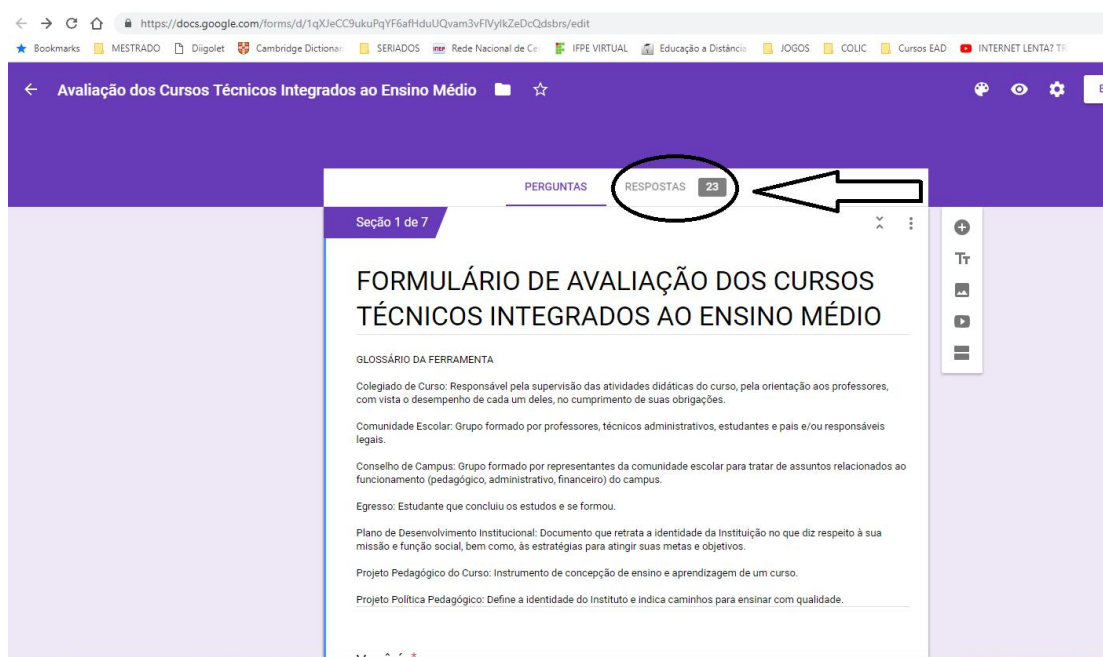
Plano de Desenvolvimento Institucional: Documento que retrata a identidade da Instituição no que diz respeito à sua missão e função social, bem como, às estratégias para atingir suas metas e objetivos.

Projeto Pedagógico do Curso: Instrumento de concepção de ensino e aprendizagem de um curso.

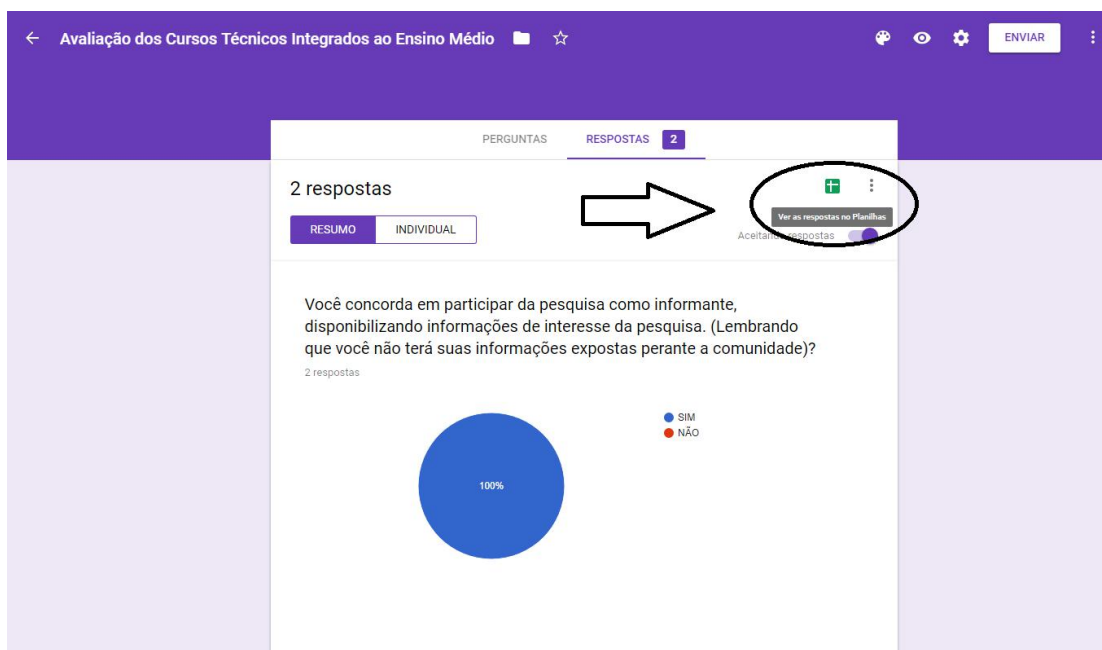
Projeto Político Pedagógico: Define a identidade do Instituto e indica caminhos para ensinar com qualidade.

4. A coleta dos dados pode ser feita de duas formas: um é a coleta individual dos questionários impressos e a contabilização manual, caso faça aplicação através da impressão do template.

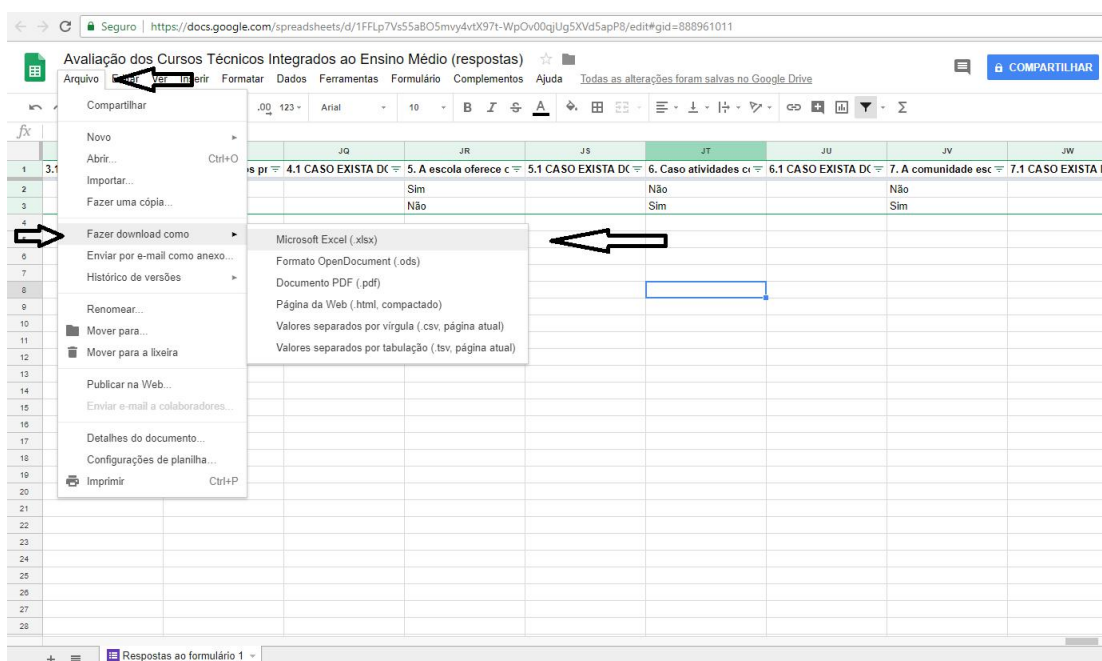
5. A outra forma de coleta é através do google forms, acessando o formulário criado e que está localizado no drive da conta: avaliacaocursosept.mestrado@gmail.com e seguindo o caminho abaixo:



Vá em respostas como indicado na imagem acima.



Depois clica na figura apontada na imagem acima para ver as respostas em uma planilha.



A planilha será gerada na própria conta do drive, mas para agilizar e facilitar o processo, pode ser feito o download do arquivo para o computador, como indicado no caminho da imagem acima.

S Spreadsheets

Página Inicial Inserir Layout da Página Fórmulas Dados Revisão Exibir Recursos Especiais

Recortar Copiar Pincel de Formatação Arial 10 B I U Mesclar e Centralizar Quebra de Texto Geral

My WPS X Avaliação dos Cursos Técnicos Integrad...ao Ensino Médio (respostas) (1).xlsx* Produto - Mestrado.xlsx*

SOMASE $\text{=CONT.SE}(\$E\$2:\$E\$24;"não")$

	A	B	C	D	E	F
	Carimbo de data/hora	Você concorda em partici	Você é:	CURSO E TURMA:	1. Existe ações de acolhi	2. Intermediação
2	10/31/2018 17:45:57	SIM	Técnico Administrativo		SIM	NÃO
3	11/5/2018 14:28:18	SIM	Professor		SIM	SIM
4	11/7/2018 16:37:21	SIM	Técnico Administrativo		SIM	SIM
5	11/14/2018 12:36:52	SIM	Estudante	ELETROMECÂNICA 1º A	SIM	SIM
6	11/15/2018 12:14:30	SIM	Estudante	ELETROMECÂNICA 2ºA	NÃO	SIM
7	11/19/2018 13:07:44	SIM	Técnico Administrativo		SIM	SIM
8	11/30/2018 9:49:46	SIM	Técnico Administrativo		SIM	SIM
9	11/30/2018 19:45:17	SIM	Estudante	ELETROMECÂNICA 2ºA	SIM	NÃO
10	11/30/2018 21:10:11	SIM	Estudante	ELETROMECÂNICA 2ºA	SIM	SIM
11	12/2/2018 9:12:49	SIM	Estudante	ELETROMECÂNICA 2ºA	SIM	NÃO
12	12/12/2018 10:35:16	SIM	Professor		SIM	NÃO
13	12/12/2018 11:45:23	SIM	Estudante	ELETROMECÂNICA 2ºA	SIM	NÃO
14	12/13/2018 13:45:13	SIM	Estudante	ELETROMECÂNICA 2ºA	SIM	NÃO
15	12/20/2018 22:58:42	SIM	Professor		SIM	NÃO
16	12/21/2018 16:06:32	SIM	Professor		NÃO	NÃO
17	1/7/2019 11:12:12	SIM	Técnico Administrativo		SIM	SIM
18	1/7/2019 21:37:06	SIM	Professor		SIM	NÃO
19	1/9/2019 9:50:50	SIM	Professor		SIM	SIM
20	1/13/2019 21:33:54	SIM	Professor		SIM	NÃO
21	1/13/2019 21:43:45	SIM	Professor		SIM	NÃO
22	1/28/2019 10:33:35	SIM	Técnico Administrativo		SIM	NÃO
23	1/28/2019 22:34:01	SIM	Estudante	ELETROMECÂNICA 1º A	SIM	NÃO
24	1/30/2019 21:32:05	SIM	Estudante	ELETROMECÂNICA 2ºA	SIM	SIM
25				NÃO	$\text{=CONT.SE}(\$E\$2:\$E\$24;"não")$	
26				SIM		21
27						
28						

No arquivo em excel ou spreadsheets será feito uma contagem das respostas para todas as perguntas e para agilizar o processo, é necessário criar uma fórmula que irá contar quantos “não”, “sim” e “não sei” a pergunta recebeu como resposta. As formulas serão postas nas linhas após a última resposta como indicado na imagem acima. A formula é: “=cont.se(extensão;critério)” onde extensão será selecionado todas as respostas daquela pergunta e critério será colocado “sim” para a primeira fórmula, para a segunda o “não” e para a última fórmula “não sei”, como resultado teremos os numeros de “sim”, “não” e “não sei” que a pergunta recebeu. Esses números serão postos na aba template_questionários no arquivo produto - mestrado como indicado na imagem abaixo:

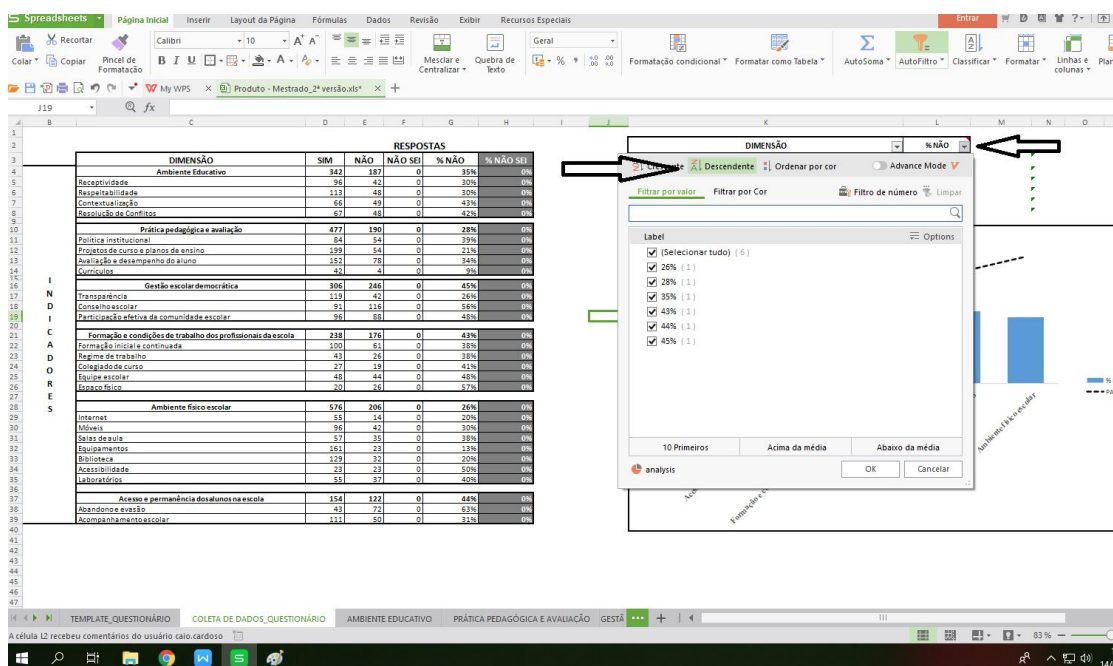
Spreadsheet interface showing the "AMBIENTE EDUCATIVO" section. The spreadsheet is titled "AMBIENTE EDUCATIVO" and contains a table with 7 rows of data. The table is divided into three sections: "Receptividade", "Respeitabilidade", and "Contextualização".

		SIM	NÃO	NÃO SEI
Receptividade				
1.	Existe ações de acolhimento e permanência dos estudantes?	21	2	
2.	Existe intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados?	10	13	
3.	Existe apoio psicopedagógico?	23	0	
4.	Existe participação em intercâmbios nacionais ou internacionais?	14	9	
5.	Quando alguém (servidores ou estudantes) chega ao campus com algum problema pessoal encontra pessoas dispostas a ajudar?	21	2	
6.	O Campus promove festas com a participação de pais, estudantes e servidores?	7	16	
Respeitabilidade				
1.	O Campus conta com uma equipe, especialmente designada, para assegurar as condições de atendimento às pessoas com necessidades educativas ou educacionais especiais?	18	5	
2.	O Campus promove programas de capacitação para a comunidade escolar, visando ao atendimento de pessoas com necessidades especiais?	4	19	
3.	Os pais dos estudantes são sempre atendidos com atenção e respeito na escola?	22	1	
4.	Quando os estudantes têm atitudes preconceituosas ou discriminatórias, isso é conversado na sala de aula ou em outro espaço do Campus para que não aconteça mais?	18	5	
5.	A discriminação é assunto abordado durante as aulas?	19	4	
6.	O Campus acolhe estudantes com algum tipo de deficiência nas mesmas salas de aula em que os estudantes sem nenhum tipo de deficiência?	22	1	
7.	Estudantes com algum tipo de deficiência recebem apoio individualizado?	10	13	
Contextualização				
		SIM	NÃO	NÃO SEI

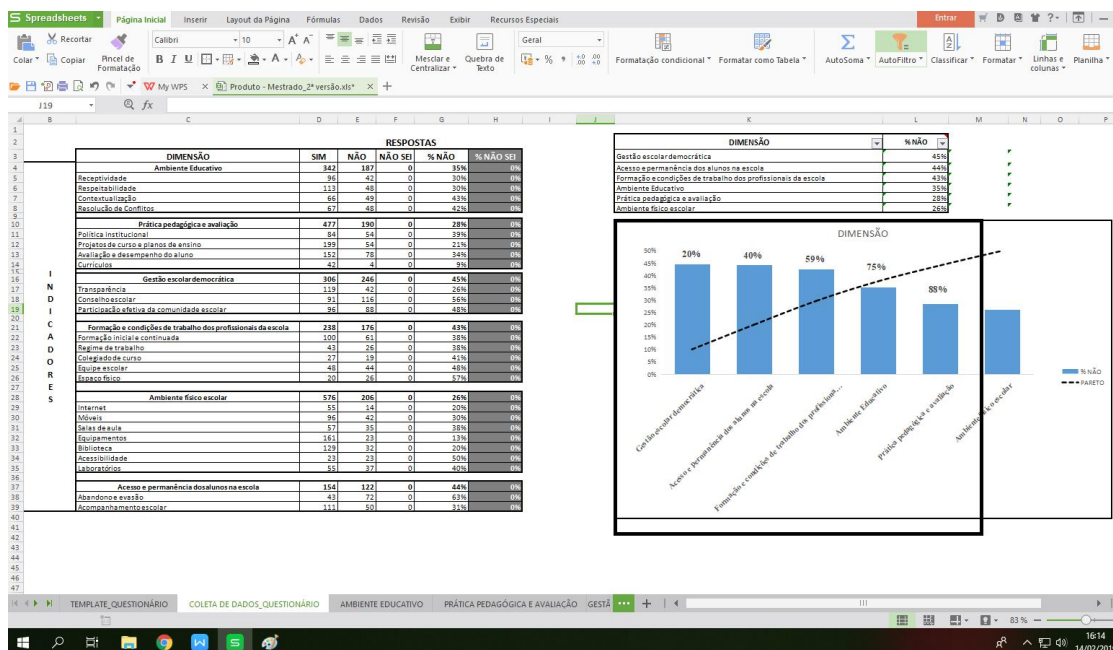
At the bottom of the spreadsheet, there is a summary row:

Soma = 0 = Média 0 Contagem = 1

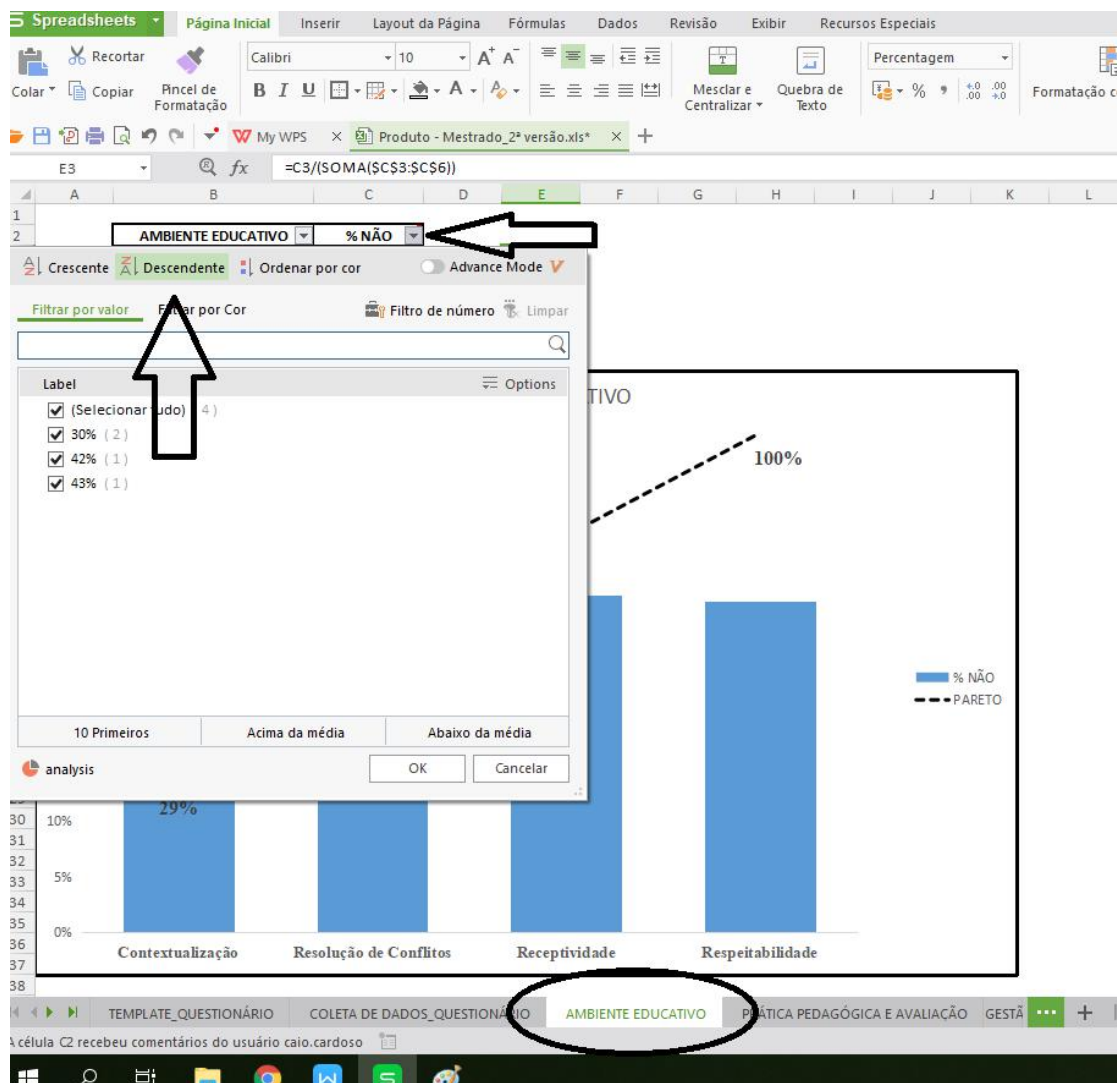
Após essa ação, ir na aba seguinte “coleta de dados_questionário”



Ir no filtro da coluna “% não” e marcar “descendente” para termos a classificação da maior dimensão em termos negativos para o menor para podermos selecionar as dimensões que representam 80% das respostas negativas, de acordo com o diagrama de paretto, como na imagem abaixo:



6. Após a visualização das dimensões que tiveram as piores avaliações, ir na aba específica das dimensões selecionadas (como na imagem abaixo):

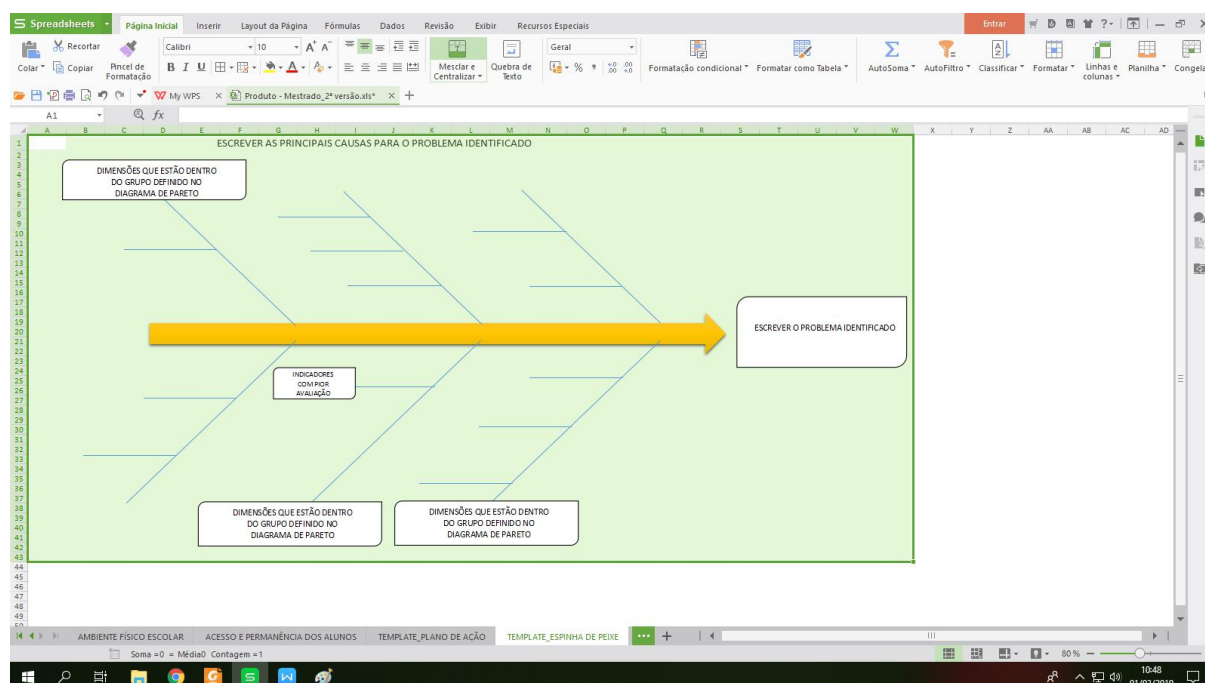


E clicar no filtro da coluna “não” para realizar o procedimento de classificar os indicadores da pior avaliação para a melhor, para usarmos o diagrama de pareto, como foi feito no passo 5.

7. Após a análise dentro das dimensões escolhidas, e dos indicadores que tiveram péssima avaliação, é necessário formar uma equipe para a 2ª etapa do processo de avaliação

8. Os atores que irão compor a equipe da 2ª etapa, são: Coordenador do curso, representantes (3) dos discentes, sendo um para cada turma, os gerentes dos setores administrativos do campus, o diretor e um representante dos técnicos que participaram da 1ª etapa.

9. Após seleção das dimensões e indicadores que tiveram as piores avaliações, a equipe deverá desenvolver reuniões para discutir as causas que contribuem para essas péssimas avaliações, usando a ferramenta diagrama de ishikawa:



10. A ferramenta acima deverá ser usada com os indicadores com piores avaliações, dentro das dimensões com piores avaliações e com o problema posto na “cabeça do peixe”, cada “espinha” deverá representar as dimensões definidas pelo diagrama de pareto e as “espinhas menores” para os indicadores definidos pelo mesmo processo. Para cada indicador será gerado um número de causas que deverão ser solucionadas.

11. As causas devem gerar planos de ação para que sejam combatidas e que como consequência resolvem o problema identificado. A ferramenta a ser utilizada para a construção dos planos de ação é:

12. A equipe da 2ª etapa deverá determinar um responsável para cada plano de ação construído. Cada atividade definida pela equipe, deverá conter prazo para iniciar, para terminar, possíveis impactos na escola e um responsável pela ação.

13. O acompanhamento dos planos de ação deve ser feito através de reuniões de análise com os gestores da escola e os responsáveis pelas atividades, todo mês para que as correções possam ser feitas sem causar maiores prejuízos.

14. O processo de avaliação deve ter um intervalo de 3 anos para que as mudanças promovidas tenham tempo de maturação dentro da escola.

PASSO A PASSO PARA O USO DA FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO (RESPOSTAS “NÃO SEI”)

15. Com as respostas “nao sei” o procedimento deve seguir as seguintes etapas:

Spreadsheets

Página Inicial

Inserir

Layout da Página

Fórmulas

Dados

Revisão

Exibir

Recursos Especiais

Calibri

10

A⁺ A⁻

</

16. De acordo com a imagem acima, a representatividade das respostas “não sei” vão aparecer na coluna indicada.

17. A primeira análise será superficial, verificando quais dimensões tiveram uma maior representatividade da resposta e dentro dessas dimensões quais indicadores tiveram essa representatividade.

18. Com isso em cada indicador selecionado, a gestão precisa ser comunidade para que a comissão de avaliação consiga obter a informação se existe ou não o processo analisado.

19. Caso exista o processo, será necessário criar um plano de divulgação e comunicação para a comunidade escolar, afim de que possam ter acesso dos processos desenvolvidos e trabalhados pelo Campus.

20. Caso o processo realmente não exista, verificar se o indicador e a dimensão estão dentro dos parâmetros do diagrama de pareto, caso não estejam, a comissão não deverá trabalhar nesse momento e deverá focar nas dimensões e indicadores indicados pelo diagrama.

21. Caso estejam dentro dos parâmetros, seguir os passos informados no início do plano.